



DIRETRIZES

Diretrizes para a implementação de modelo organizacional que auxilie a prevenção e detecção de condutas delitivas

SPE SANTA MARIA TRANSMISSORA DE
ENERGIA S.A.

Rio de Janeiro, Brasil

2020

GUIDELINES

Guidelines for implementing an organizational model that helps to prevent and detect criminal behaviour

SPE SANTA MARIA TRANSMISSORA DE
ENERGIA S.A.

Rio de Janeiro, Brazil

2020

Table of Contents

1.	<i>Objetivos</i>	5
1.	<i>Aims</i>	5
2.	<i>Diretrizes.</i>	10
2.	<i>Guidelines.</i>	10
2.1.	Da adoção das Diretrizes	10
2.1.	Adoption of the Guidelines	10
2.2.	<i>Compliance Officer e Local Assistant</i>	14
2.2.	<i>Compliance Officer and Local Assistant</i>	14
3.	<i>Sistema Disciplinar.</i>	18
3.	<i>Disciplinary system.</i>	18
3.1.	Obrigações	18
3.1.	Obligations	18
3.2.	<i>Whistleblowing</i>	21
3.2.	<i>Whistleblowing</i>	21
3.3.	Diretrizes Anticorrupção	22
3.3.	Anti-Corruption guidelines	22
3.4.	Sanções aplicáveis aos agentes de governança, empregados e terceirizados	23
3.4.	Penalties applicable to governance agents, employees and contractors	23
4.	<i>Seleção, Treinamento Profissional e Sistema de Supervisão.</i>	26
4.	<i>Recruitment, Professional Training and Supervision System.</i>	26
5.	<i>Condutas Delitivas e Áreas de Risco.</i>	27
5.	<i>Criminal Conduct and Areas of Risk.</i>	27
5.1.	Áreas de risco	27
5.1.	Areas of risk	27

5.2.	Crimes de corrupção:	29
5.2.	Corruption offences:	29
5.3.	Crimes contra a Administração Pública e crimes contra a fé pública:	39
5.3.	Crimes against Public Administration and crimes against the public trust:	39
5.4.	Crimes licitatórios:	47
5.4.	Bidding crimes:	47
5.5.	Crimes contra a ordem tributária e econômica e crimes contra o sistema financeiro:	55
5.5.	Crimes against the tax and economic system and crimes against the financial system:	55
5.6.	Crimes de lavagem de dinheiro:	64
5.6.	Money laundering crimes:	64
5.7.	Crimes de financiamento ao terrorismo:	73
5.7.	Terrorist financing crimes:	73
5.8.	Crimes de organização criminosa:	82
5.8.	Organized crime:	82
5.9.	Crimes contra a pessoa:	88
5.9.	Crimes against the person:	88
5.10.	Crimes contra a organização do trabalho:	92
5.10.	Crimes against the organisation of work:	92
5.11.	Crimes relacionados à saúde e à segurança no trabalho:	97
5.11.	Crimes related to health and safety at work:	97
5.12.	Crimes ambientais:	103
5.12.	Environmental crimes:	103
5.13.	Crimes cibernéticos:	109
5.13.	Cybercrime:	109
5.14.	Crimes de violação de direitos autorais:	114
5.14.	Crimes of copyright infringement:	114

5.15. Crimes contra o patrimônio:	118
5.15. Crimes against property:	118
6. <i>Glossário</i>	123
6. <i>Glossary</i>	123

PRIMEIRA PARTE

1. Objetivos

Em 1.999, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC)¹ lançou a primeira edição do “Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa”, guia contendo orientações objetivas aos sócios, administradores, conselheiros fiscais, auditores, conselho de administração, entre outros agentes de Governança.

No Brasil, a ideia de adotar programas de integridade que contenham mecanismos que visam ao cumprimento de regras internas, bem como a alcançar um estado de conformidade (em “*compliance*”) com a legislação, ganhou ainda mais força com o advento dos escândalos do Mensalão (2.005, 2.006)³ e da Operação Lava-Jato (2.014)⁴.

¹ Organização sem fins lucrativos e principal referência do Brasil para o desenvolvimento de Governança Corporativa. (<https://www.ibgc.org.br/>)

² Non-profit organisation and Brazil's main reference for the development of Corporate Governance. (<https://www.ibgc.org.br/>)

³ Escândalo político que revelou a compra de votos de parlamentares de diversos partidos pelo Executivo Federal à época, objeto da ação penal nº 470, julgada pelo Supremo Tribunal Federal.

⁴ Conjunto de investigações da Polícia Federal ainda em andamento, que diz respeito a delitos de fraude, corrupção,

PART ONE

1. Aims

In 1999, the Brazilian Institute of Corporate Governance (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, IBGC)² launched the first edition of the "Code of Best Corporate Governance Practices", a guide containing objective guidelines for members, managers, tax advisors, auditors, board of directors, and other Governance officials.

In Brazil, the idea of adopting integrity programs containing mechanisms for complying with internal rules, as well as ensuring compliance with the legislation, gained even greater momentum following the Mensalão scandals (2005, 2006)⁵ and Operation Car Wash (2014)⁶.

lavagem de dinheiro, entre outros, envolvendo administradores e colaboradores da Petrobrás, políticos, partidos políticos, empreiteiras e outras partes.

⁵ A political scandal that exposed the bribing of the votes of Congressmen from several parties by the Federal Executive at the time, which was the subject of criminal proceedings no. 470, judged by the Federal Supreme Court.

⁶ Series of investigations by the Federal Police that are still in progress, concerning crimes of fraud, corruption, money laundering, etc. and involving managers and employees of Petrobras, politicians, political parties, contractors and other parties.

Nesse escopo, a Lei nº 12.846/2013, também conhecida como **Lei Anticorrupção**, representa importante inovação ao prever a responsabilização objetiva, no âmbito civil e administrativo, de empresas que praticam atos lesivos contra a administração pública nacional ou estrangeira.

Além de atender a compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, a lei introduziu no ordenamento jurídico nacional sanções mais severas a pessoas jurídicas relacionadas com atos de corrupção. Essa Lei prevê punições como multa administrativa - de até 20% do faturamento bruto da empresa - e o instrumento do acordo de leniência, que permite o ressarcimento de danos de forma mais célere, além da alavancagem investigativa.

Ademais, os Códigos Penal e Processual Penal, bem como a legislação extravagante, contribuem em grande monta para a especificação de condutas delitivas e suas respectivas penas.

Em relação ao Grupo Terna e à SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A.

Within this scope, Law No.12,846/2013, also known as the **Anti-Corruption Law**, represents an important innovation by providing for the objective accountability, in the civil and administrative sphere, of companies that engage in acts harmful to the national or foreign public administration.

In addition to meeting the international commitments entered into by Brazil, the law introduced into the national legal system stiffer penalties for legal entities associated with acts of corruption. This Law provides for penalties such as an administrative fine - of up to 20% of the company's gross revenue - and the leniency agreement instrument, which allows more rapid compensation for damages, in addition to investigative leverage.

In addition, the Criminal Codes and Criminal Procedure, as well as the additional legislation, contribute greatly to determining criminal conduct and its respective penalties.

In relation to the Terna Group and SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A.

(SMTE), destacam-se como agentes de governança seus sócios, conselheiros de administração, diretores e gerentes, que têm a responsabilidade de assegurar que toda a organização esteja em conformidade com os princípios e valores da empresa, refletidos em políticas, procedimentos e normas internas e com as leis e dispositivos regulatórios pertinentes⁷.

Em atenção à necessidade de garantir termos justos e transparentes para a Gestão Corporativa e, dessa maneira, preservar sua posição e reputação perante o mercado, a Terna Spa (ou "Empresa Matriz") implementou, em 10 de dezembro de 2002, à luz do Decreto 231 da legislação italiana, um modelo de prevenção para detectar e prevenir a prática de crimes.

Durante os anos seguintes à adoção desse modelo, o documento foi sendo atualizado regularmente para cumprir as alterações regulatórias e, assim, melhorar as práticas de trabalho.

Assim, na intenção de auxiliar as

(SMTE), its partners, board members, directors and managers are key governance agents, responsible for ensuring that the whole organization complies with the company principles and values, which are reflected in internal policies, procedures and standards and also with the relevant laws and regulatory provisions⁸.

In view of the need to ensure fair and transparent terms for Corporate Management and thus preserve the company's position and reputation in the market, on 10 December 2002, in the light of Decree 231 of Italian law, Terna Spa (or the "Parent Company") implemented a prevention model for detecting and preventing crime.

In the years following the adoption of this model, the document has been updated regularly to comply with regulatory changes and thus improve working practices.

Thus, with a view to assisting non-Italian

⁷ Conforme prevê o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC.

⁸ As laid down in the Code of Best Corporate Governance Practices of the IBGC.

empresas não italianas do Grupo Terna na prevenção da responsabilidade criminal das empresas, proporcionando-lhes uma abordagem conjunta, coerente e uniforme contra possíveis comportamentos ilegais, a Empresa Matriz adotou, em 10 de novembro de 2017, o “Programa Global de Integridade”, inspirado nos mais importantes padrões internacionais.

O Programa Global de Integridade define padrões gerais de comportamento aplicáveis aos trabalhadores, administradores e outros membros dos órgãos de administração e controle da empresa estrangeira, além de consultores e contratados e, em geral, terceirizados agindo em seu nome.

Dessa forma, cada empresa estrangeira adotará, além do Programa Global de Integridade, suas próprias diretrizes legais e corporativas, que levarão em consideração as diferenças culturais, sociais e econômicas existentes nos em casa país em que o Grupo Terna atua.

Assim, o principal objetivo dessas Diretrizes é estabelecer meios adequados e eficazes para a prevenção

companies of the Terna Group with preventing the criminal liability of companies by providing them with a joint, coherent and uniform approach against possible illegal behaviour, on 10 November 2017 the Parent Company adopted the “Global Integrity Program”, modelled on the most important international standards.

The Global Integrity Program defines general standards of behaviour applicable to employees, managers and other members of the foreign company's management and control bodies, as well as consultants and contractors and, in general, contractors acting on their behalf.

Each foreign company will therefore adopt its own legal and corporate guidelines in addition to the Global Integrity Program. These will take into account the cultural, social and economic differences existing in each country where the Terna Group operates.

Thus, the main objective of these Guidelines is to establish adequate and effective means of preventing and

e identificação de condutas delitivas no âmbito de atuação da empresa em território brasileiro, considerando a política de tolerância zero do Grupo Terna para as ações que violem o regramento legal e de *Compliance*.

Em suma, pode-se dizer que o Grupo Terna e a SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A. (SMTE) pretendem alcançar seus objetivos por meio:

- Da demarcação de áreas de risco dentro da empresa, com consequente identificação de condutas que estão suscetíveis a irregularidades;
- Da adoção de padrões de detecção e prevenção de crimes dentro do Grupo Terna;
- Da supervisão das atividades desenvolvidas na empresa através do Comitê de Auditoria do Grupo Terna, que também poderá receber e apurar denúncias;
- Do estabelecimento de um efetivo programa de treinamentos, não apenas para os agentes de governança, como também para todos os empregados, fornecedores e terceirizados do Grupo Terna;
- Da implementação de canais de

identifying criminal behaviour within areas of the company operations in Brazilian territory, taking into account the zero tolerance policy of the Terna Group for actions that violate the legal and *Compliance* regulations.

In short, it can be said that the Terna Group and SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A. (SMTE) intend to achieve their objectives by:

- demarcating areas of risk within the company, and accordingly identifying behaviour susceptible to irregularities;
- Adopting crime detection and prevention standards within the Terna Group;
- Supervising the activities developed in the company through the Audit Committee of the Terna Group, which is also able to receive and investigate complaints;
- Establishing an effective training program, not only for governance agents, but also for all employees, suppliers and contractors of the Terna Group;
- Implementing anonymous and

denúncia anônima e confidencial (“whistleblowing system”), bem como sistemas de monitoramento para prevenção e identificação de condutas delitivas;

- Da introdução de um modelo disciplinar capaz de penalizar condutas que violem as diretrizes estabelecidas;
- Da constituição de políticas de proteção e segurança que garantam que o Grupo Terna e seus agentes de Governança sempre atuem de acordo com a mais estrita legalidade.

2. Diretrizes.

A SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A. (SMTE) é uma empresa concessionária de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, controlada pela sociedade italiana Terna Plus S.r.l..

2.1. Da adoção das Diretrizes

O Grupo Terna, com o propósito de garantir a retidão e a excelência de seus serviços ao redor do mundo, vem adotando a seguinte política:

- Aplicar o Programa Global de

confidential reporting channels (“whistleblowing system”), as well as monitoring systems for preventing and identifying criminal behaviour;

- Introducing a disciplinary model capable of penalising behaviour that violates the established guidelines;
- Establishing protection and security policies to ensure that the Terna Group and its Governance agents always act according to the strictest legality.

2. Guidelines.

SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A. (SMTE) is a public service electrical transmission concessionaire, controlled by the Italian company Terna Plus S.r.l.

2.1. Adoption of the Guidelines

To ensure the rectitude and excellence of its services around the world, the Terna Group has adopted the following policy:

- To apply in all its subsidiaries the

Integridade e as Diretrizes Anticorrupção, elaborados à luz do Decreto Legislativo 231 italiano, em todas as suas filiais;

➤ Desenvolver, com o auxílio de profissionais do Direito de cada país em que atua, documento capaz de traçar linhas de atuação personalizadas de acordo com a legislação local.

Portanto, essas Diretrizes, adotadas a partir de 12/02/2020 com a aprovação do Conselho de Administração são fruto de um projeto da Matriz italiana que visa a aprimorar os Códigos de Conduta das empresas por ela controladas, customizando-os conforme necessário, sem jamais perder o norte dos princípios e normas do Grupo.

Nesse sentido, o presente documento é aplicável não somente aos agentes de Governança da SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A. (SMTE), como a qualquer empregado e terceirizado a serviço de empresas controladas pela Terna Plus S.r.l.

Com base nessas Diretrizes e com o apoio da estrutura da Empresa Matriz pretende-se:

Global Integrity Program and the Anti-Corruption Guidelines developed with regard to Italian Legislative Decree 231;

➤ To develop, with the assistance of legal professionals from each country where it operates, documentation that is able to draw up guidelines for action in accordance with the local legislation.

Therefore, these Guidelines, adopted as from 12/02/2020 with the approval of the Board of Directors, are the outcome of a project of the Italian headquarters which is aimed at improving the Codes of Conduct of the companies it controls, customising them as required, without ever losing sight of the Group principles and standards.

In this sense, this document applies not only to Governance agents of SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A. (SMTE), but also to any employees and contractors who work for companies controlled by Terna Plus S.r.l.

On the basis of these Guidelines and with the support of the structure of the Parent Company, the aim is to:

➤ Identificar áreas de atividades de risco de cometimento de quaisquer delitos previstos no Capítulo 5.

➤ Identificar os padrões de comportamento que os empregados e, eventualmente os terceirizados, deverão implementar para:

- não incorrer na prática de nenhum delito;
- não incorrer na prática de condutas que, embora não caracterizem crime propriamente dito, possa potencialmente configurar desvio moral ou ético.

➤ Aplicar um sistema disciplinar destinado a sancionar cada violação das regras de comportamento pré-estabelecidas;

➤ Estabelecer fluxos de informações específicos, a fim de permitir que a pessoa responsável esteja sempre ciente de uma violação ou suposta violação das regras de comportamento, para informar em tempo hábil;

➤ Estabelecer periodicamente atividades de treinamento direcionadas aos empregados, a fim de garantir o correto conhecimento e entendimento das Diretrizes, enfatizando as Áreas de Risco e as normas de comportamento.

➤ Identify areas of activities that involve a risk of committing any of the crimes set out in Chapter 5.

➤ Identify patterns of behaviour which employees and, where applicable, contractors, must adopt in order:

- to avoid committing a crime;
- to avoid engaging in any conduct that, although it is not characterized as a crime per se, may potentially constitute moral or ethical deviance.

➤ Apply a disciplinary system designed to sanction each violation of the rules of conduct established beforehand;

➤ Set up specific information flows that enable the person responsible to be aware at all times of any violation or alleged violation of the rules of conduct, so as to report them in a timely manner;

➤ Establish periodic training activities for employees in order to ensure that they have a correct knowledge and understanding of the Guidelines, focussing on the Areas of Risk and standards of behaviour.

As regras de comportamento estabelecidas nessas Diretrizes são integradas àquelas estabelecidas no Código de Ética e nas Diretrizes Anticorrupção, adotados em 12/02/2020 pela SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A., por decisão do Conselho de Administração.

Em razão de as Diretrizes serem um ato aprovado pela Alta Administração⁹, o Presidente do Conselho de Administração decidirá sobre qualquer alteração adicional e complemento de importância crítica, com base nas autorizações do Conselho de Administração.

O Presidente do Conselho de Administração também está autorizado a introduzir as emendas que sejam comprovadamente necessárias e adequadas, devido às mudanças organizacionais e regulatórias.

Essas autorizações são consideradas justificadas devido à necessidade de garantir a atualização constante e

The rules of conduct set out in these Guidelines are incorporated into those established in the Code of Ethics and Anti-Corruption Guidelines adopted on 12/02/2020 by SPE Santa Maria Transmissora de Energia S.A. by a decision of the Board of Directors.

Because the Guidelines are an act approved by Senior Management¹⁰, the Chairman of the Board of Directors shall decide on any additional changes and supplements of critical importance, based on authorization by the Board of Directors.

The Chairman of the Board of Directors is also authorised to introduce any amendments that may be proven necessary and appropriate as a result of organisational and regulatory changes.

These authorisations are considered justified due to the need to ensure constant and timely updating of the

⁹ De acordo com o Art. 2º, XIV da Resolução Normativa Aneel nº 787, de 24 de outubro de 2017, "XIV - a alta administração, é a unidade formada pelo conselho de administração e pela diretoria executiva da distribuidora".

¹⁰ In accordance with Art. 2, XIV of Aneel Normative Resolution No. 787 of 24 October 2017, "XIV - the senior management is the unit made up of the board of directors and the executive board of the distributor".

oportuna das Diretrizes, de acordo com possíveis alterações de natureza legal, operacional e / ou organizacional dentro da Sociedade.

O Conselho de Administração deve ser informado sobre as alterações mencionadas uma vez por ano.

2.2. *Compliance Officer e Local Assistant*

2.2.1. *Nomeação do Compliance Officer e do Local Assistant*

O Grupo Terna instituirá um ***Compliance Officer***, indivíduo que deverá atuar com o objetivo de garantir a presença dos princípios éticos e de integridade das empresas do Grupo. É recomendável que se reporte ao Conselho de Administração e que não possua outra função executiva.

O ***Compliance Officer*** será nomeado pelo Conselho de Administração e deverá ser apontado entre os membros da estrutura organizacional do Grupo Terna, e deverá ter conhecimento adequado para o exercício de sua função, tanto em aspectos técnicos, quanto em relação à estrutura organizacional da empresa.

Guidelines, in accordance with any changes of a legal, operational and/or organisational nature within the Company.

The Board of Directors shall be informed of the above changes once per year.

2.2. *Compliance Officer and Local Assistant*

2.2.1. *Appointment of the Compliance Officer and Local Assistant*

The Terna Group will create the post of ***Compliance Officer***, an individual who must act to ensure the presence of the ethical principles and integrity of the Group companies. It is recommended that they report to the Board of Directors and do not hold any other executive function.

The ***Compliance Officer*** will be nominated by the Board of Directors and should be appointed from among the members of the organisational structure of the Terna Group. They must have the appropriate knowledge to exercise their function, both in terms of technical aspects, as well as in relation to the organizational structure of

Assim, deverá manter contato constante com o Departamento de Compliance da Empresa Matriz e com o *Local Assistant* para garantir a melhor gestão de todas as suas obrigações e responsabilidades.

O *Local Assistant*, por sua vez, será nomeado pelo Conselho de Administração e deverá ser apontado entre os membros da estrutura organizacional da empresa, servindo como auxiliar de fluxo de informações entre a empresa e o *Compliance Officer* atuante na Matriz italiana.

Além disso, não de ser pessoas íntegras, proativas, que defendam os princípios éticos da empresa. Por essa razão, aquele que tenha sido considerado culpado após o trânsito em julgado de Ação Penal, que tenha sido suspenso de suas funções ou que seja parte em processo disciplinar dentro do Grupo Terna devido a violação de responsabilidade **não** poderá ser designado *Compliance Officer* ou *Local Assistant*.

the company.

They should therefore be in constant communication with the Compliance Department of the Parent Company and the *Local Assistant* to ensure optimal management of all their obligations and responsibilities.

The *Local Assistant* shall, in turn, be nominated by the Board of Directors and should be appointed from among the members of the company's organisational structure, and help to ensure the flow of information between the company and the *Compliance Officer* active in the Italian Headquarters.

In addition, they must be persons of integrity, proactive, and uphold the company's ethical principles. For this reason, a person who has been found guilty of a criminal offence, been suspended from their duties or has been a party to disciplinary proceedings within the Terna Group due to an infringement of responsibility, may **not** be appointed *Compliance Officer* or *Local Assistant*.

2.2.2. Funções, autorizações e fluxo de informações do *Compliance Officer*

O *Compliance Officer* é obrigado a:

- Demonstrar um nível adequado de familiarização com os princípios das Diretrizes e Diretrizes Anticorrupção;
- Supervisionar formas de conduta nas áreas de risco e conduzir controles internos para determinar supostas violações dos regulamentos das Diretrizes e Diretrizes Anticorrupção;
- Coordenar atividades com os gestores das sociedades a fim de proporcionar um melhor monitoramento das áreas de risco;
- Periodicamente, relatar ao Conselho de Administração todas as iniciativas relevantes realizadas em relação às Diretrizes e Diretrizes Anticorrupção;
- Se, durante uma auditoria, for observada alguma violação às Diretrizes capaz de afetar o modelo organizacional, administrativo e de controle adotado pelas demais sociedades do Grupo Terna, o *Compliance Officer* é também obrigado a informar o fato aos órgãos de

2.2.2. Functions and commitments of and flow of information from the *Compliance Officer*

The *Compliance Officer* is required to:

- Demonstrate an appropriate degree of familiarisation with the principles of the Guidelines and Anti-Corruption Guidelines;
- Monitor forms of conduct in areas of risk and conduct internal controls to assess alleged violations of the Guidelines and Anti-Corruption Guidelines;
- Coordinate activities with company managers in order to provide improved monitoring of risk areas;
- Periodically report to the Board of Directors on all relevant initiatives undertaken in relation to the Guidelines and Anti-Corruption Guidelines;
- If, during an audit, any violation of the Guidelines is observed that could affect the organisational, administrative and control model adopted by other companies of the Terna Group, the *Compliance Officer* is also required to inform the supervisory bodies of the other

controle das demais sociedades do Grupo Terna (Terna Spa).

2.2.3. Obrigação de Reportar

O *Compliance Officer* tem a obrigação de reportar as informações coletadas acerca de condutas que estejam em desconformidade com o Programa Global de Integridade e com essas Diretrizes, seja através do *Portal de Denúncias* www.whistleblowing.terna.it, seja através de e-mail encaminhado à Direção pelo domínio CO_TernaBrasil@terna.it, ou, ainda, por ou carta registrada.

Deverá também monitorar o canal de denúncias e promover a conscientização de todos sobre a importância de sua utilização.

Além disso, o *Compliance Officer* deverá agir de maneira a evitar retaliações àquele que reportou a conduta delitiva ("*whistleblower*"), prezando pela proteção sua identidade, salvo em casos em que deva ser preservado o interesse maior da empresa ou em situações de acusação sabidamente falsa.

companies of the Terna Group (Terna Spa).

2.2.3. Reporting obligation

The *Compliance Officer* is required to report information collected about conduct that is not in compliance with the Global Integrity Program and these Guidelines, either via the *Reporting Portal* www.whistleblowing.terna.it, or in an email sent to the Board via the website CO_TernaBrasil@terna.it, or by registered letter.

They should also monitor the reporting channel and promote everyone's awareness of the importance of using it.

In addition, the *Compliance Officer* should act in such a way as to avoid retaliation against the person who reports the criminal conduct ("*whistleblower*"), and take care to protect their identity, except in cases where the company's greater interest should be preserved, or in situations of evidently false accusation.

O *Compliance Officer* não é obrigado a encaminhar ao Comitê de Ética os alertas anônimos que, de início, pareçam infundados ou irrelevantes.

O Comitê de Ética, por sua vez, é previsto nas Diretrizes LG 054 do Grupo Terna. Trata-se de órgão independente, capaz de receber as denúncias e realizar os devidos encaminhamentos, sem que se confunda, por exemplo com a Diretoria, Conselho de Administração, *Compliance Officer* ou com o *Local Assistant*.

3. Sistema Disciplinar.

3.1. Obrigações

Na construção do sistema de *compliance* no Brasil, a SMTE deverá, em conjunto com a Matriz italiana, observar os componentes de avaliação de qualidade dos sistemas de Governança Corporativa, dispostos na Resolução Normativa 787/2.017 da ANEEL, como:

i) Política de Indicação ou requisitos mínimos para ser Administrador;

The *Compliance Officer* is not required to forward to the Ethics Committee anonymous alerts that initially appear to be unfounded or irrelevant.

The Ethics Committee, in turn, is provided for in the LG 054 Guidelines of the Terna Group. It is an independent body, able to receive denunciations and conduct the appropriate referrals, and should not be confused with the Executive Board, Board of Directors, the *Compliance Officer* or the *Local Assistant*, for example.

3. Disciplinary system.

3.1. Obligations

When setting up the compliance system in Brazil, SMTE should, together with the Italian headquarters, observe the quality assessment components of the corporate governance systems provided for in ANEEL Normative Resolution 787/2017, such as:

i) Appointment policy or minimum requirements for the Administrator;

- ii) Processo de avaliação anual da Alta Administração e dos Comitês de Assessoramento;
- iii) Vedação de acúmulo de cargos na Alta Administração;
- iv) Regramento de prazo de mandato e reeleição para os membros do Conselho de Administração;
- v) Previsão estatutária do número de membros do Conselho de Administração na distribuidora;
- vi) Previsão estatutária do percentual de membros independentes do Conselho de Administração;
- vii) Existência de treinamento sistematizado aos Administradores, por ocasião da posse e anualmente na distribuidora;
- viii) Política remuneratória da Alta Administração.

O *Compliance Officer*, no exercício de suas funções, deverá:

- Fornecer material necessário para que qualquer membro da empresa esteja familiarizado com o Programa Global de Integridade e com essas Diretrizes;
- Supervisionar o andamento das atividades nas áreas de risco, realizando

- ii) Annual evaluation process of Senior Management and the Advisory Committees;
- iii) Prevent cronyism in Senior Management;
- iv) Regulate the term of office and re-election of members of the Board of Directors;
- v) Statutory forecasting of the number of members of the Board of Directors in the distributing company;
- vi) Statutory forecasting of the percentage of independent members of the Board of Directors;
- vii) The existence of systematic training for Managers, when they take office and annually in the distributing company;
- viii) Policy for the remuneration of Senior Management.

When performing their duties, the *Compliance Officer* must:

- Provide the necessary material so that any member of the company can familiarise themselves with the Global Integrity Program and these Guidelines;
- Supervise the progress of activities in the areas of risk, and conduct

auditorias capazes de verificar a presença de irregularidades;

➤ Garantir a aplicação de todas as medidas disciplinares cabíveis, ressalvadas as prerrogativas exclusivas do Diretores, para que qualquer forma de cometimento de condutas delitivas no âmbito da atividade da empresa seja coibida;

➤ Reportar, periodicamente, ao Conselho de Administração as ocorrências relativas a violações ao Programa Global de Integridade e a essas Diretrizes;

➤ Gerenciar os canais de denúncia, monitorando-os com frequência e encaminhando as ocorrências para o Comitê de Ética, para apuração;

➤ Elaborar planos de ação para mitigar as ocorrências de delitos em áreas de risco;

➤ Aplicar treinamentos, cursos e outras atividades de conscientização dos funcionários.

A comunicação e o treinamento são fundamentais na implementação e supervisão adequados de um sistema de conformidade. Assim, o Código de Conduta, o Programa Global de Integridade, essas Diretrizes e as

audits to confirm the presence of any irregularities;

➤ Ensure the implementation of all the appropriate disciplinary measures, subject to the exclusive prerogatives of the Directors, so that any form of criminal behaviour committed in the context of company activity may be curbed;

➤ Periodically report to the Board of Directors any incidents relating to violations of the Global Integrity Program and these Guidelines;

➤ Manage the reporting channels, monitor them frequently and forward incidents to the Ethics Committee for investigation;

➤ Develop action plans to mitigate incidents of crime in the areas of risk;

➤ Provide training, courses and other employee awareness activities.

Communication and training are fundamental for the implementation and supervision of a compliance system. Thus, the Code of Conduct, Global Integrity Program, Guidelines and Policies and Procedures must be clear and

Políticas e Procedimentos devem estar claros e acessíveis, sendo recomendável que o *Compliance Officer* seja responsável para tal.

3.2. *Whistleblowing*

Todos os agentes de Governança da SMTE, bem como qualquer empregado ou terceirizados têm a obrigação de reportar ao *Compliance Officer* qualquer informação acerca de condutas que estejam em desconformidade com o Programa Global de Integridade e a essas Diretrizes.

Havendo notícias de ocorrência de condutas delitivas concretas ou em potencial, bem como qualquer comportamento que viole as Diretrizes da SMTE e/ou do Grupo Terna, o empregado, terceirizado ou o agente de governança deverá utilizar o *Portal de Denúncias*, que pode ser acessado por meio do domínio www.whistleblowing.terna.it,

Relatar possíveis irregularidades e/ou condutas desonestas que possam representar risco de prejuízo a colegas ou diretores, ou mesmo representar atos

accessible, and it is recommended that the *Compliance Officer* be responsible for this.

3.2. *Whistleblowing*

All SMTE Governance agents, as well as any employee or contractors are obliged to report to the *Compliance Officer* any information about behaviours not in compliance with the Global Integrity Program and these Guidelines.

If there are reports of any concrete or potential criminal behaviour, as well as any behaviour that violates the SMTE and/or Terna Group Guidelines, the employee, contractor or governance agent must use the *Reporting Portal*, which can be accessed via the website www.whistleblowing.terna.it,

Reporting any irregularities and/or dishonest conduct that may pose a risk of injury to colleagues or directors, or even represent acts that are detrimental to the

de natureza prejudicial aos interesses e à reputação da SMTE e/ou do Grupo Terna, é uma maneira eficaz de combater a corrupção no ambiente corporativo.

Portanto, o *Portal de Denúncia* é instrumento de controle interno essencial através do qual o Grupo Terna pode traçar padrões comportamentais e identificar áreas de risco, de modo que sua utilização deve ser estimulada, com total proteção ao *whistleblower*, conforme mencionado no item 0.

Para as modalidades de relatório e para outros aspectos relacionados ao *Whistleblowing*, faz-se referência à Diretriz LG 054.

3.3. Diretrizes Anticorrupção

O conteúdo deste documento é integrado aos princípios e regras de conduta contidos nas Diretrizes Anticorrupção, de 12 de fevereiro de 2020.

As Diretrizes Anticorrupção também contêm padrões de comportamento que todos os agentes de Governança da SMTE e do Grupo Terna, bem como qualquer empregado ou terceirizados

interests and reputation of SMTE and/or the Terna Group, is an effective means of combating corruption in the corporate environment.

Therefore, the *Reporting Portal* is an essential internal control instrument through which the Terna Group can trace patterns of behaviour and identify areas of risk. Therefore, its use should be encouraged, with full protection for the *whistleblower*, as mentioned in item 0.

For details of report formats and other aspects related to *Whistleblowing*, please refer to Guideline LG 054.

3.3. Anti-Corruption guidelines

The contents of this document are integrated into the principles and rules of conduct contained in the Anti-Corruption Guidelines of 12 February 2020.

The Anti-Corruption Guidelines also contain standards of conduct that all Governance agents of SMTE and the Terna Group, as well as any employees or contractors, are required to follow, which

são obrigados a seguir, regulamentando, por exemplo, a entrega de eventuais presentes e doações, as atividades de patrocínio, dentre outros assuntos.

3.4. Sanções aplicáveis aos agentes de governança, empregados e terceirizados

Todos os agentes de governança, empregados, fornecedores e terceirizados do Grupo Terna e SMTE que pratiquem condutas caracterizadas como violadoras dos princípios de comportamento previstos no Programa Global de Integridade e nessas Diretrizes estarão sujeitos às providências previstas a seguir, sem prejuízo das sanções que o Grupo venha a tomar e daquelas previstas na legislação penal brasileira.

De modo geral, na aplicação de sanções, deverão ser levadas em conta as seguintes categorias:

- A intenção livre e consciente de praticar ou deixar de praticar algum ato (dolo) ou nível de negligência, imprudência ou imperícia na ação (culpa);
- O histórico disciplinar do

regulate, for example, the handing over of any gifts and donations, sponsorship activities, among other matters.

3.4. Penalties applicable to governance agents, employees and contractors

All governance agents, employees, suppliers and contractors of the Terna Group and SMTE, which perform acts characterised as violating the principles of conduct laid down in the Global Integrity Program and these Guidelines will be subject to the measures set out below, without prejudice to the sanctions that may be applied by the Group and those provided for in Brazilian criminal law.

In general, when applying sanctions, the following categories must be taken into account:

- The free and conscious intention to perform or failing to perform any act (wilful misconduct) or level of negligence, recklessness or malpractice in action (guilt);
- The disciplinary history of the

empregado;

➤ A magnitude das responsabilidades a ele designadas.

A apuração de denúncias, o processamento do caso e a designação da sanção cabível será de responsabilidade do *Comitê de Ética*, que deverá atuar em conformidade aos princípios de ética e moral do Grupo Terna.

3.4.1. Agentes de governança

Em caso de violação das regras estabelecidas por essas Diretrizes, bem como pelo Programa Global de Integridade por parte de um dos membros do Conselho de Administração, Diretor, Gerente ou outro agente de governança que exerça função sensível no campo estratégico e organizacional da SMTE ou do Grupo Terna, sem prejuízo das penalidades previstas em lei, o indivíduo deverá ser imediatamente afastado de seu cargo, com a interrupção imediata de suas funções e o cancelamento de seu contrato de trabalho.

employee;

➤ The extent of the responsibilities assigned to them.

The investigation of allegations, the processing of the case and designation of the appropriate sanction will be the responsibility of the *Ethics Committee*, which shall act in accordance with the principles of ethics and morals of the Terna Group.

3.4.1. Governance agents

In the event of a violation of the rules established by these Guidelines and by the Global Integrity Program, by one of the members of the Board of Directors, a Director, Manager or other governance agent who performs a sensitive role in the strategic and organizational field of SMTE or the Terna Group, without prejudice to the penalties provided for by law, the individual must immediately be removed from office, with the immediate discontinuation of their duties and cancellation of their employment contract.

3.4.2. Empregados e terceirizados

Em caso de violação das regras estabelecidas por essas Diretrizes, bem como pelo Programa Global de Integridade, por parte de algum empregado ou prestador de serviços por meio de empresa terceirizada, a situação, após a apuração do Comitê de Ética, deverá ser encaminhada ao superior hierárquico competente, para que tome as providências que entender cabíveis.

Em relação aos terceirizados, especificamente, o cometimento de condutas delitivas ou em desconformidade com estas Diretrizes poderá levar ao encerramento do contrato firmado com a empresa terceirizada.

3.4.3. *Compliance Officer e Local Assistant*

Em caso de violação das regras estabelecidas por essas Diretrizes, bem como pelo Programa Global de Integridade por parte do *Compliance Officer* ou *Local Assistant*, caberá ao indivíduo que detectou a ação notificar a situação ao Conselho de Administração

3.4.2. Employees and contractors

In the event of a violation of the rules established by these Guidelines and by the Global Integrity Program, by any employee or service provider through a third party company, following investigation by the Ethics Committee, the situation must be forwarded to the immediate superior in charge, so that they can adopt the measures deemed appropriate.

In relation to third parties, specifically, committing criminal acts or non-compliance with these Guidelines may lead to termination of the contract signed with the third party.

3.4.3. *Compliance Officer and Local Assistant*

In the event of a violation by the *Compliance Officer* or *Local Assistant* of the rules laid down by these Guidelines and the Global Integrity Program, it will be up to the individual who detected the action to report the situation to the Board of Directors in order to apply the measures

para que sejam aplicadas as providências que entender cabíveis.

4. Seleção, Treinamento Profissional e Sistema de Supervisão.

O Grupo Terna and a SMTE deverão desenvolver, a partir de seus respectivos setores de recursos humanos e em conjunto com o *Compliance Officer*, um sistema específico para avaliação e seleção de novos empregados, com consequente **treinamento** dos selecionados, de modo a garantir o cumprimento dos princípios estabelecidos nestas Diretrizes desde a contratação.

Com relação às empresas terceirizadas e fornecedores, há de ser elaborada *cláusula de compliance* para constar em todos os contratos realizados ou fazer com que estes firmem compromisso formal, por adesão, do cumprimento estrito das regras de *compliance* do Grupo Terna. Assim, será necessário que todos aqueles que de alguma forma prestam serviços ao Grupo Terna, à SMTE tomem conhecimento do Programa Global de Integridade e destas Diretrizes,

it deems appropriate.

4. Recruitment, Professional Training and Supervision System.

The Terna Group and SMTE should develop, from their respective human resources sectors and jointly with the *Compliance Officer*, a specific system for evaluating and recruiting new employees, with consequent **training** of those recruited, in order to ensure compliance with the principles established in these Guidelines from the time of recruitment.

With regard to contractors and suppliers, a *compliance clause* must be drawn up that is included in all contracts entered into or they must be made to sign a formal opt-in undertaking to strictly observe the rules of compliance of the Terna Group. Thus, it will be necessary for everyone who provides any type of services to the Terna Group, SMTE to take note of the Global Integrity Program and these Guidelines. They should also be provided with **courses and training** and be aware

devendo também ser submetidos a **cursos e treinamentos**, sendo certificados de que os contratos poderão ser rescindidos em caso de eventual descumprimento das diretrizes de integridade estabelecidas.

Além da eficácia dos sistemas de seleção e treinamento, caberá aos agentes de governança a obrigação de supervisão constante, estando atentos a quaisquer irregularidades, infrações ou mesmo à possibilidade delas, devendo sempre reportar ao *Compliance Officer* as observações nesse sentido.

Aquele que falhar em seu dever de supervisionar, seja por culpa ou dolo, sofrerá as sanções previstas em lei e nas regras de *compliance* do Grupo Terna.

that the contracts may be terminated in the event of non-compliance with the established integrity guidelines.

In addition to the effectiveness of recruitment and training systems, governance agents will be required to perform constant monitoring and be alert to any irregularities, infractions or even the possibility of these, and must always report any observations in this regard to the *Compliance Officer*.

Those who fail in their duty to monitor, either through negligence or wilful misconduct, will suffer the penalties provided for by law and the rules of *compliance* of the Terna Group.

SEGUNDA PARTE

5. Condutas Delitivas e Áreas de Risco.

5.1. Áreas de risco

PART TWO

5. Criminal Conduct and Areas of Risk.

5.1. Areas of risk

Entende-se como **área de risco** qualquer setor ou atividade do Grupo Terna que possa ser terreno apto ao cometimento de condutas delitivas.

Nesse sentido, reitera-se a importância de se aplicar as diretrizes descritas neste documento a todos os diretores, gestores, empregados, fornecedores e terceirizados que prestam serviços ao Grupo Terna e à SMTE, devendo todos os envolvidos, obrigatoriamente, observá-las. Destacam-se, portanto, as seguintes áreas de risco:

- i) Licitações;
- ii) Contratos com terceiros;
- iii) Administração pública (Aneel, EPE, RFB etc.);
- iv) Soluções de litígios judiciais;
- v) Construção;
- vi) Órgãos ambientais;
- vii) Agentes e representantes (advogados, despachantes etc.).

A seguir, a título de exemplo, estão descritas algumas das principais condutas proibidas pelo ordenamento jurídico brasileiro, as quais estão terminantemente proibidas de serem praticadas por qualquer funcionário do

Any sector or activity of the Terna Group that may be propitious for committing criminal acts is understood as an **area of risk**.

In this sense, we reiterate the importance of applying the guidelines described in this document to all directors, managers, employees, suppliers and contractors who provide services to the Terna Group and SMTE, with everyone involved being mandatorily required to observe them. Therefore, the following areas of risk are highlighted:

- i) Tenders;
- ii) Contracts concluded with third parties;
- iii) Public administration (ANEEL, EPE, RFB etc.);
- iv) Settlement of legal disputes;
- v) Construction;
- vi) Environmental agencies;
- vii) Agents and representatives (lawyers, brokers, etc.).

Example of some of the main behaviours prohibited by the Brazilian legal system are described in the following. Their practice by any employee of the Terna Group and SMTE is strictly prohibited, under penalty of accountability in all

Grupo Terna e SMTE, sob pena de responsabilização em todas as esferas, especialmente na criminal.

5.2. Crimes de corrupção:

Os crimes de corrupção estão tipificados no Código Penal. Não obstante, em 1º de agosto de 2013, foi publicada a Lei n.º 12.846, conhecida como a “Lei Anticorrupção”, que dispõe sobre a responsabilização de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira¹¹.

Essa Lei inovou no ordenamento jurídico brasileiro ao prever que as pessoas jurídicas poderão ser responsabilizadas de forma objetiva, ou seja, independentemente da comprovação de dolo ou culpa, nos âmbitos administrativo e civil, em razão da prática de atos ilícitos. Cumpre esclarecer, no entanto, que esta Lei não abarca o juízo criminal.

A Lei ressalta, ainda, que a responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade de seus dirigentes ou administradores, os quais

spheres, especially the criminal sphere.

5.2. Corruption offences:

Corruption offences are defined in the Criminal Code. Nevertheless, on 1 August 2013, Law No.12,846, known as the “Anti-corruption Law”, was published and provides for the liability of legal entities for acts against public, national or foreign administrations¹².

This Law introduced an innovation into the Brazilian legal system by providing that legal entities can be held objectively liable, that is, regardless of proof of wilful misconduct or guilt, in the administrative and civil spheres, as a result of the practice of unlawful acts. It must be clarified, however, that this Law does not cover criminal courts.

The Law also points out that the company’s liability does not rule out the responsibility of its directors or managers, who may even be liable before the

¹¹ Artigo 1º, da Lei n.º 12.846/13.

¹² Article 1 of Law No.12,846/13.

poderão, inclusive, responder perante o juízo criminal. Não obstante, a responsabilização da pessoa jurídica independe da responsabilização da pessoa física.

Portanto, no Brasil, há o seguinte cenário:

➤ Prática de ato ilícito por pessoa jurídica contra a administração pública: poderá responder, sempre de forma objetiva (independentemente de culpa), nas esferas administrativa e cível, na forma da Lei n.º 12.846/13.

➤ Prática de ato ilícito por pessoa física contra a administração pública: poderá responder, sempre que comprovada a sua responsabilidade (dolo ou culpa) nas esferas administrativa, cível e criminal.

Pois bem. A lei elenca um rol de atos que são considerados lesivos à administração pública¹³, conforme enumerado abaixo:

"I - prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele

¹³ Artigo 5º, da Lei n.º 12.846/13.

criminal court. Nevertheless, the company's liability does not depend on the accountability of the individual.

Therefore, the following scenario exists in Brazil:

➤ Practice by a company of an unlawful act against the public administration: they can be charged, always objectively (regardless of guilt), in the administrative and civil spheres, under the terms of Law No.12,846/13.

➤ Practice by an individual of an unlawful act against the public administration: they may be liable, if their responsibility is proven (wilful misconduct or guilt) in the administrative, civil and criminal spheres.

Therefore, the law enumerates a series of acts considered harmful to the public administration¹⁴, as listed below:

"I - to promise, offer or give, directly or indirectly, undue advantage to public officials or any third party related to such

¹⁴ Article 5 of Law No.12,846/13.

relacionada;

II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei;

III - comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV - no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem

agents;

II – to demonstrably finance, fund, sponsor or otherwise subsidize the committing of illegal acts provided for under this Law;

III - to demonstrably use an intermediary individual or legal entity to conceal or disguise their real interests or the identity of the beneficiaries of the acts committed;

IV - regarding tenders and contracts:

a) frustrate or defraud, by any adjustment, combination or other expedient, the competitive nature of the public tender process;

b) prevent, disturb or defraud the performance of any act of public tender procedure;

c) to remove or seek to remove a bidder, by means of fraud or by offering an advantage of any kind;

d) to defraud public bidding or a contract arising therefrom;

e) to create, fraudulently or irregularly, a legal entity to participate in a public tender or enter into an administrative contract;

f) to fraudulently obtain advantage or undue benefit from amendments or extensions to contracts concluded with the public administration, without legal

autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública; V - dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.”

Deste modo, a Lei prevê diversas sanções às pessoas jurídicas que praticarem tais atos, como a aplicação de multa. Prevê, ainda, a possibilidade de a pessoa jurídica celebrar acordo de leniência, que permite a diminuição ou até mesmo a isenção de pena à pessoa jurídica que colaborar com as investigações de Autoridades Públicas. Assim, a pessoa jurídica somente estará sujeita, de acordo com a legislação brasileira, à responsabilização nas esferas cível e administrativa, não sendo, portanto, admitida a sua responsabilização na esfera criminal, exceto em casos que envolvam crimes ambientais.

authorisation, in the invitation to tender in public bidding or in the corresponding contractual instruments; or

g) to manipulate or defraud the economic and financial balance of contracts concluded with the public administration; V - hinder any investigation or inspection by agencies, public bodies or officials, or interfere in their activities, including the work of regulatory agencies and supervisory bodies of the national financial system.

Thus, the Law provides for various penalties for legal entities that commit such acts, such as imposing a fine. It also provides for the possibility that the legal entity enters into a leniency agreement, which enables reduction of or even exemption from the penalty for the legal entity that cooperates with investigations by public authorities. Thus, in accordance with Brazilian law, the legal entity will only be accountable in the civil and administrative spheres, and therefore their accountability is not admitted in the criminal sphere, except in cases involving environmental crimes.

Além disso, a Lei, desejando incentivar a autovigilância, previu expressamente em seu artigo 7º, inciso VII, como atenuante a ser levada em consideração na eventual aplicação de sanção a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica.

Por sua vez, somente se admite a prática dos crimes de corrupção previstos no Código Penal por pessoas físicas, sejam elas funcionário público¹⁵ ou particular.

¹⁵ Para todos os efeitos dessas Diretrizes, entende-se por funcionário público qualquer pessoa que, mesmo que de forma transitória ou sem remuneração exerça uma função pública, trabalhe ou exerça um cargo em um órgão público federal, estadual ou municipal, brasileiro ou estrangeiro; trabalhe ou exerça um cargo em uma empresa ou instituição controlada ou administrada pelo Governo; represente ou exerça um cargo em um partido político; ou seja candidato a cargo político.

São exemplos de funcionário público: Fiscais e agentes do Governo; Guardas municipais, policiais civis, policiais federais, policiais rodoviários federais ou policiais militares; Bombeiros e militares das Forças Armadas; Ministros, desembargadores, juizes, procuradores, promotores e defensores; Presidentes, governadores e prefeitos; Senadores, deputados federais e estaduais e vereadores; Empregados, membros ou representantes em geral de empresas estatais e sociedades de economia mista, tais como: Petrobras, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil,

In addition, the Law, wishing to encourage self-monitoring, in Article 7, Item VII, expressly provided for the existence of internal mechanisms and integrity and auditing procedures and incentives to report irregularities, and the effective application of codes of ethics and conduct within the legal entity, to be considered as mitigating circumstances to be taken into account when applying any sanctions.

In turn, it only provides for the practice of crimes of corruption set out in the Criminal Code by individuals, whether they are public¹⁶ or private employees.

Correios, Fumas, Eletrobrás etc.; Funcionários, membros e representantes em geral de autarquias e fundações, tais como: CADE, CVM, BACEN, BNDES, IBAMA, FUNAI etc.; Funcionários, membros e representantes em geral de agências reguladoras, tais como: Anatel, ANM, Anvisa, ANA etc.

¹⁶ For all purposes of these Guidelines, a public employee is understood to be any person who, even if in a temporary or unpaid capacity, works or holds public office, works or occupies a position in a federal, state or municipal public agency, Brazilian or foreign; works or occupies a position in a company or institution controlled or managed by the Government; represents or occupies a position in a political party; or is a candidate for political office.

Examples of civil servants are: Inspectors and Government officials; Municipal guards, civil police, federal police, road patrol officers or military police; Firefighters and Armed Forces personnel; Ministers, appeals court judges, judges, prosecutors, public prosecutors and defenders; Presidents,

O artigo 333 do Código Penal prevê, por exemplo, o crime de corrupção ativa, que é aquele praticado por alguém (particular) que ofereça ou prometa vantagem indevida a funcionário público, para que ele pratique, omita ou retarde algum ato de ofício.

Por seu turno, para que o funcionário público pratique o crime de corrupção passiva, basta que solicite ou receba a vantagem indevida, ou que o faça por exigência (crime de concussão).

Outras condutas podem também configurar a prática de crimes que se assemelham à corrupção, como, por exemplo, o tráfico de influência, que ocorre quando um particular solicita, exige, cobra ou obtém vantagem a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público.

Cumpramos ressaltar que, de acordo com a legislação penal brasileira e com o entendimento dos Tribunais Superiores,

governors and mayors; Senators, federal and state deputies and town councillors; Employees, members or representatives in general of state-owned enterprises and mixed economy companies, such as: Petrobras, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Correios, Fumas,

Article 333 of the Criminal Code provides, for example, for the crime of active corruption, which is committed when someone (private individual) offers or promises undue advantage to a public official in order that they perform, omit or postpone an official act.

In turn, so that the official participates in the crime of accepting bribes, it is enough for them to request or receive undue advantage, or demand it (crime of extortion).

Other conduct may also constitute committing crimes similar to corruption, for example, trafficking in influence, which is when an individual request, demands, collects or obtains advantage on the pretext of influencing an act performed by a public official.

It should be noted that, in accordance with Brazilian criminal law and with the understanding of the High Courts, it does

Eletrobrás etc.; Employees, members and representatives in general of state-owned companies and foundations, such as: CADE, CVM, BACEN, BNDES, IBAMA, FUNAI etc.; Employees, members and representatives in general of regulatory agencies, such as: Anatel, ANM, Anvisa, ANA etc.

para a configuração do crime de corrupção pouco importa se a vantagem indevida tem valor baixo ou elevado, ou se é pecuniária ou não. Ou seja, ainda que a vantagem não possa ser aferida monetariamente, ainda assim o crime poderá restar configurado, bastando que ela seja indevida.

Como exemplo, pode-se citar a situação em que um funcionário de uma empresa terceirizada entrega uma vantagem indevida a um funcionário público no intuito de elidir o recolhimento de um tributo. Neste caso, esse funcionário poderá responder pela prática do crime de corrupção ativa. Ademais, também as empresas do Grupo Terna, a depender do caso, poderão ser punidas por violarem o disposto na Lei Anticorrupção, conforme já mencionado.

5.2.1. Áreas de risco:

Com relação aos crimes de corrupção, as seguintes atividades podem ser consideradas de risco:

i) Participação de processos licitatórios;

not matter when constituting the crime of corruption whether the undue advantage is of low or high value, or whether it is monetary or not. That is, even if the advantage cannot be measured in monetary terms, the crime may still remain constituted, as it is enough that it is wrongful.

As an example, one may refer to the situation in which an employee of a contractor gives an undue advantage to a public official in order to evade payment of a tax. In this case, this employee may be liable for the crime of bribery. Moreover, the companies of the Terna Group, depending on the case, may also be penalised for violating the provisions of the Anti-Corruption Law, as mentioned above.

5.2.1. Areas of risk:

With regard to crimes of corruption, the following activities can be considered as being of risk:

i) Participating in tendering processes;

- ii) Negociação, celebração, execução, fiscalização e renovação de contratos com a Administração Pública;
- iii) Relacionamento com agentes públicos, seja no momento de fiscalizações, de realização de eventuais reuniões, de despachos, de celebração de acordos e termos, no cumprimento de obrigações ou mesmo em encontros casuais;
- iv) Solução de litígios judiciais;
- v) Trato com órgãos ambientais e fiscalizatórios;
- vi) Gestão de recursos financeiros;
- vii) Recolhimento e pagamentos de tributos;
- viii) Seleção, contratação e fiscalização de parceiros.

- ii) Negotiating, concluding, implementing, monitoring and renewing contracts with the Public Administration;
- iii) Relationships with public officials, either at the time of inspections, when holding any meetings, placing orders, concluding agreements and agreeing terms, complying with obligations or even during casual encounters;
- iv) Settlement of legal disputes;
- v) Dealing with environmental and supervisory bodies;
- vi) Managing financial resources;
- vii) Tax collection and payment;
- viii) Recruiting, hiring and supervising partners.

5.2.2. Princípios de comportamento:

No desenvolvimento, implementação e execução das atividades, os Diretores, Gerentes e funcionários do Grupo Terna deverão agir com integridade, lealdade e honestidade, observando as leis e normas vigentes, além das regras internas e o código de ética.

Com a finalidade de prevenir a prática de atos que possam configurar crimes, é

5.2.2. Rules of behaviour:

When developing, implementing and executing their activities, the Directors, Managers and employees of the Terna Group must act with integrity, loyalty and honesty, and observe the laws and regulations in force as well as the internal rules and code of ethics.

In order to prevent acts that may constitute crimes, it is imperative that

imperativo que todos os contratados do Grupo Terna, seja direta ou indiretamente, observem as seguintes diretrizes:

i) As relações e contatos com Autoridades Públicas deverão ser controladas, de modo que, sempre que possível, estejam presentes pelo menos dois funcionários do Grupo Terna ou das empresas terceirizadas;

ii) Todas as atividades que lidem com o Poder Público deverão ser monitoradas, direta ou indiretamente pelo *Compliance Officer*;

iii) Deve ser mantido um canal de denúncias que atenda a todos os funcionários, inclusive os de campo e aqueles que prestam serviço por meio de empresas terceirizadas;

iv) Todos os funcionários, terceirizados ou não, deverão ser conscientizados acerca da importância de utilização do canal de denúncias;

v) É proibido o oferecimento de valores, benefícios, ou cortesias a agentes públicos ou a seus parentes, ou mesmo a terceiros agindo em seu nome, com o objetivo de influenciar decisões do Poder Público em favor de interesses particulares ou do Grupo Terna;

everyone contracted by the Terna Group, whether directly or indirectly, observe the following guidelines:

i) Relationships and contacts with the Public Authorities should be controlled, so that at least two employees of the Terna Group or third-party companies are present wherever possible;

ii) All activities dealing with the Government must be monitored, directly or indirectly, by the *Compliance Officer*;

iii) A channel of complaints should be maintained, which serves all employees, including those in the field and those who provide services through contractors;

iv) All employees, contracted or not, should be made aware of the importance of using the reporting channel;

v) It is forbidden to offer funds, benefits, or courtesies to public officials or their relatives, or to third parties acting on their behalf, in order to influence decisions of the public authorities in favour of interests of individuals or the Terna Group;

vi) Independentemente do propósito de influenciar decisões, não devem ser oferecidos ou concedidos benefícios, vantagens, presentes, refeições, viagens e hospedagens. O mesmo se aplica a descontos fora da prática comercial de mercado e oferta de emprego para parentes de agentes públicos;

vii) Deve-se atender corretamente, de forma transparente e honesta, às fiscalizações realizadas pelo Poder Público, sempre que possível na companhia de mais um funcionário;

viii) Todas as obrigações legais deverão ser cumpridas;

ix) É proibida a realização de patrocínios e doações de natureza política para candidatos ou partidos políticos ou a associações a ele vinculadas pelas empresas do Grupo Terna e seus empregados;

x) Todos os acordos e contratos deverão ser feitos por escrito e de acordo com a legislação vigente, e, sempre que possível, revisados por uma equipe técnica e jurídica;

xi) Deve ser promovido o treinamento regular dos recursos humanos para conscientizar os funcionários do Grupo Terna acerca das práticas de conformidade.

vi) Regardless of the purpose of influencing decisions, no benefits, advantages, gifts, meals, travel and lodging should be offered or granted. The same applies to discounts beyond the market commercial practice and offers of employment to relatives of public officials;

vii) One must respond correctly, transparently and honestly to the audits carried out by the public authorities, in the presence of another employee whenever possible;

viii) All legal obligations must be complied with;

ix) Companies of the Terna Group and their employees are prohibited from providing sponsorships and donations of a political nature to political candidates or parties or associations linked to them;

x) All agreements and contracts must be in writing and in accordance with current legislation, and, wherever possible, reviewed by a technical and legal team;

xi) Regular training of human resources should be promoted to raise awareness of compliance practices among Terna Group employees.

5.3. Crimes contra a Administração Pública e crimes contra a fé pública:

Os crimes contra a Administração Pública estão previstos nos artigos 312 a 359-H do Código Penal e podem ser praticados por funcionário público ou por particular.

Tais crimes visam proteger a Administração Pública tanto sob o aspecto patrimonial quanto moral, representado pela probidade e lealdade dos agentes públicos.

Como exemplo de crime contra a Administração Pública praticado por particular podemos citar o crime de desobediência¹⁷, que ocorre quando alguém não acata ou não obedece a ordem legal emanada por funcionário público.

Pode-se citar, ainda, o crime de desacato¹⁹, que se configura quando uma pessoa realiza uma conduta capaz de menosprezar a função pública exercida por alguém, ou seja, quando

¹⁷ Artigo 330, do Código Penal.

¹⁸ Article 330 of the Criminal Code.

5.3. Crimes against Public Administration and crimes against the public trust:

Crimes against the Public Administration are provided for in Articles 312 to 359-H of the Criminal Code and may be committed by public officials or private individuals.

Such crimes are intended to protect the Public Administration both in terms of property and morality, as represented by the probity and loyalty of public officials.

As an example of a crime against the Public Administration committed by private individual, we can cite the crime of disobedience¹⁸, which occurs when someone does not comply with or does not obey a legal order issued by a public official.

One may also mention the crime of contempt²⁰, which is when a person acts in such a way as to undermine the public function exercised by someone, or when they offend the public official.

¹⁹ Artigo 331, do Código Penal.

²⁰ Article 331 of the Criminal Code.

ofende o funcionário público.

Outra modalidade criminosa que merece destaque é o tipo penal de descaminho²¹, que tipifica a conduta daquele que deixa de pagar, no todo ou em parte, direito ou imposto devido pela entrada, saída ou pelo consumo de produto. Neste caso, o Código Penal visa tutelar o interesse patrimonial do Estado em face prejuízos pela não arrecadação de tributos devidos.

O crime de contrabando²³, por sua vez, ocorre quando alguém importa ou exporta mercadoria proibida.

Ademais, o Código Penal tipifica diversas outras condutas praticadas em detrimento da Administração Pública, como o crime de sonegação de contribuição previdenciária²⁵.

Como se pode constatar, os crimes praticados contra a Administração Pública podem ter cunho patrimonial e envolver fraudes ou prejuízos financeiros, mas podem também estar

Another criminal modality that deserves to be highlighted is the offence of embezzlement²², which defines the conduct of someone who fails to pay, in whole or in part, duty or tax payable on the entry, exit or consumption of a product. In this case, the Criminal Code aims to protect the equity interest of the State in the face of losses incurred by not collecting taxes due.

The crime of smuggling²⁴, in turn, occurs when someone imports or exports prohibited goods.

Moreover, the Criminal Code defines several other behaviours practised to the detriment of the Public Administration, such as the crime of evading social security contributions²⁶.

As can be seen, crimes committed against the Public Administration may have assets and involve fraud or financial loss, but may also be completely dissociated from the issue of assets, and

²¹ Artigo 334, do Código Penal.

²² Article 334 of the Criminal Code.

²³ Artigo 334-A, do Código Penal.

²⁴ Article 334-A of the Criminal Code.

²⁵ Artigo 337-A, do Código Penal.

²⁶ Article 337-A of the Criminal Code.

completamente dissociados da questão patrimonial, constituindo afronta à moralidade pública, como nos crimes de desacato e desobediência.

Já os crimes contra a fé pública são aqueles que visam proteger a veracidade e a genuinidade de atos, documentos, sinais e símbolos. O objetivo é a tutela da fé pública.

Dois crimes que merecem destaque são os de falsificação de documento público²⁷ e falsificação de documento particular²⁸, que ocorrem quando a pessoa falsifica, no todo ou em parte, ou altera, documento público ou particular, respectivamente.

Importante se faz, ainda, citar o crime de falsidade ideológica³¹, no qual a pessoa omite declaração que deveria constar em documento público ou particular, ou faz inserir no documento declaração falsa ou diferente da que deveria ser escrita, com o objetivo de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

constitute an affront to public morality, as in crimes of contempt and disobedience.

Crimes against public trust, on the other hand, are those that are designed to protect the veracity and authenticity of acts, documents, signs and symbols. The goal is the protection of public trust.

Two crimes that deserve to be highlighted are those of public²⁹ document forgery and private³⁰ document forgery, which occur when the person forges or alters all or part of a public or private document, respectively.

It is also important to mention the crime of fraudulent misrepresentation³², in which the person omits a statement that should appear in a public or private document, or has false statement inserted into the document or one that is different from what should be written, in order to prejudice the law, create an obligation or alter the truth about a legally relevant fact.

²⁷ Artigo 297, do Código Penal.

²⁸ Artigo 298, do Código Penal.

²⁹ Article 297 of the Criminal Code.

³⁰ Article 298 of the Criminal Code.

³¹ Artigo 299, do Código Penal.

³² Article 299 of the Criminal Code.

Assim, por exemplo, se uma pessoa insere uma informação falsa em um documento, ou mesmo omite uma informação que nele deveria constar, praticará o crime de falsidade ideológica.

5.3.1. Áreas de risco:

Com relação aos crimes contra a Administração Pública e contra a fé pública, as seguintes atividades podem ser consideradas de risco:

- i) Participação de processos licitatórios;
- ii) Negociação, celebração, execução, fiscalização e renovação de contratos com a Administração Pública;
- iii) Relacionamentos com agentes públicos, seja no momento de fiscalizações, de realização de eventuais reuniões, de despachos, de celebração de acordos e termos, no cumprimento de obrigações ou mesmo em encontros casuais;
- iv) Solução de litígios judiciais;
- v) Trato com órgãos ambientais e fiscalizatórios;
- vi) Gestão de recursos financeiros;

Thus, for example, if a person inserts false information into a document, or even omits information that should appear in it, they are committing the crime of fraudulent misrepresentation.

5.3.1. Areas of risk:

With regard to crimes against the Public Administration and public trust, the following activities can be considered as being of risk:

- i) Participating in tendering processes;
- ii) Negotiating, concluding, implementing, monitoring and renewing contracts with the Public Administration;
- iii) Relationships with public officials, either at the time of inspections, when holding any meetings, placing orders, concluding agreements and agreeing terms, complying with obligations or even during casual encounters;
- iv) Settlement of legal disputes;
- v) Dealing with environmental and supervisory bodies;
- vi) Managing financial resources;

vii) Recolhimento e pagamento de tributos;

viii) Seleção, contratação e fiscalização de parceiros;

ix) Elaboração, revisão e apresentação de documentos, públicos ou particulares.

vii) Payment and collection of tax;

viii) Recruiting, hiring and supervising partners;

ix) Preparation, review and submission of documents, public or private.

5.3.2. Princípios de comportamento:

Os dirigentes do Grupo Terna, bem como seus funcionários e terceiros contratados, deverão observar, além de outras normativas pertinentes, os princípios abaixo estabelecidos:

i) É proibido emitir documentos falsos ou falsificados, no todo ou em parte, em qualquer área de atuação, em especial àquelas afetas ao Poder Público;

ii) É proibido induzir, não importa a forma, a Autoridade Pública a realizar avaliação incorreta durante a análise de pedidos de autorização, licenças, "nada consta", concessões etc.;

iii) É proibido omitir informações com a finalidade de se permitir a obtenção de vantagem perante Autoridades Públicas e o Poder Público;

5.3.2. Rules of behaviour:

The leaders of the Terna Group, as well as their employees and contractors must observe, in addition to other relevant regulations, the principles set out below:

i) It is forbidden to issue forged or falsified documents, in whole or in part, in any area of activity, especially those affecting the Public Authorities;

ii) It is forbidden to induce, in whatever form, the Public Authorities to carry out an incorrect evaluation during the examination of applications for permits, licences, "nothing on record", concessions, etc.;

iii) It is forbidden to omit information for the purpose of enabling the obtaining of advantages from Public Authorities and the Government;

iv) É proibido agir com o objetivo de conseguir que uma Autoridade Pública forneça subsídio, financiamento, empréstimo com condições favoráveis ou outros serviços do tipo, mediante declarações e/ou artefatos, falsificações ou omissões de informações pertinentes ou, de um modo geral, por meio de artifícios ou enganos que induzam a instituição a erro;

v) É proibido o uso de fundos recebidos pelas Autoridades Públicas para fins que não aqueles para os quais foram concedidos;

vi) Todas as declarações emitidas às Autoridades Públicas nacionais ou internacionais, visando obter fundos, subsídios ou empréstimo, deverão conter apenas dados corretos, e deverão ser assinadas por indivíduos autorizados. Além disso, tais fundos, subsídios ou empréstimos deverão ser contabilizados de forma adequada;

vii) Deve haver a separação correta de tarefas, assegurando-se que as fases de solicitação, de gestão e de relatórios referentes aos procedimentos públicos que visam a obtenção de fundos, subsídios ou empréstimos sejam gerenciadas por diferentes Dirigentes da empresa;

iv) It is forbidden to act in order to get a Public Authority to grant a subsidy, financing, a loan with favourable terms or other such services, by means of declarations and/or items, forgery or by omitting relevant information or, in general, by means of trickery or deception that mislead the institution;

v) It is forbidden to use funds received from Public Authorities for purposes other than those for which they were granted;

vi) All statements issued to national or international Public Authorities, in order to obtain funds, subsidies or loans, shall contain only correct data, and must be signed by authorised individuals. In addition, such funds, subsidies or loans should be accounted for in an appropriate manner;

vii) There must be proper separation of tasks to ensure that the request, management and report phases relating to public procedures to obtain funds, grants or loans are managed by different company Directors;

viii) Deve haver a coleta e análise das informações necessárias à prestação de contas, que deverão ser realizadas com o apoio dos setores e funções competentes;

ix) Toda a documentação e prestação de contas referentes à solicitação de subsídios, empréstimos e garantias devem ser aprovadas por níveis hierárquicos apropriados, de modo que sejam revisadas;

x) As relações e contatos com Autoridades Públicas deverão ser controladas, de modo que, sempre que possível, estejam presentes pelo menos dois funcionários do Grupo Terna ou das empresas terceirizadas;

xi) Todas as atividades que lidem com o Poder Público deverão ser monitoradas, direta ou indiretamente pelo *Compliance Officer*;

xii) Deve ser mantido um canal de denúncias que atenda a todos os funcionários, inclusive os de campo e aqueles que prestam serviço através de empresas terceirizadas;

xiii) Todos os funcionários, terceirizados ou não, deverão ser conscientizados acerca da importância de utilização do canal de denúncias;

viii) The information necessary for accountability must be collected and analysed, and this should be carried out with the support of the competent sectors and functions;

ix) All documentation and accountability relating to applications for subsidies, loans and guarantees must be approved at the appropriate hierarchical levels so that they may be reviewed;

x) Relationships and contacts with the Public Authorities should be controlled, so that at least two employees of the Terna Group or third-party companies are present wherever possible;

xi) All activities dealing with the Government must be monitored, directly or indirectly, by the *Compliance Officer*;

xii) A reporting channel should be maintained, which serves all employees, including those in the field and those who provide services through contractors;

xiii) All employees, contracted or not, should be made aware of the importance of using the reporting channel;

xiv) É proibido o oferecimento de valores, benefícios, ou cortesias a agentes públicos ou a seus parentes, ou mesmo a terceiros agindo em seu nome, com o objetivo de influenciar decisões do Poder Público em favor de interesses particulares ou do Grupo Terna;

xv) Independentemente do propósito de influenciar decisões, não devem ser oferecidos ou concedidos benefícios, vantagens, presentes, refeições, viagens e hospedagens. O mesmo se aplica a descontos fora da prática comercial de mercado e oferta de emprego para parentes de agentes públicos;

xvi) Deve-se atender corretamente, de forma transparente e honesta, às fiscalizações realizadas pelo Poder Público, sempre que possível na companhia de mais um funcionário;

xvii) Todas as obrigações legais deverão ser cumpridas;

xviii) É proibida a realização de patrocínios e doações de natureza política, para candidatos ou partidos políticos ou a associações a ele vinculadas pelas empresas do Grupo Terna e seus empregados;

xix) Todos os acordos e contratos deverão ser feitos por escrito e de acordo com a legislação vigente, e, sempre que

xiv) It is forbidden to offer funds, benefits, or courtesies to public officials or their relatives, or to third parties acting on their behalf, in order to influence decisions of the public authorities in favour of interests of individuals or the Terna Group;

xv) Regardless of the purpose of influencing decisions, no benefits, advantages, gifts, meals, travel and lodging should be offered or granted. The same applies to discounts beyond the market commercial practice and offers of employment to relatives of public officials;

xvi) One must respond correctly, transparently and honestly to the audits carried out by the public authorities, in the presence of another employee whenever possible;

xvii) All legal obligations must be complied with;

xviii) Companies of the Terna Group and their employees are prohibited from providing sponsorships and donations of a political nature to political candidates or parties or associations linked to them;

xix) All agreements and contracts must be in writing and in accordance with current legislation, and, wherever

possível, revisados por uma equipe técnica e jurídica;

xx) Deve ser promovido o treinamento regular dos recursos humanos para conscientizar os funcionários do Grupo Terna acerca das práticas de conformidade.

5.4. Crimes licitatórios:

Os crimes licitatórios estão previstos nos artigos 89 a 99 da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1.993.

A previsão desses crimes visa tutelar a probidade do processo licitatório, tanto sob o aspecto de preservação do patrimônio público quanto sob o aspecto da moralidade dos atos públicos.

Dentre as modalidades criminosas, destaca-se a prevista no artigo 89 da Lei, que diz respeito à dispensa ou inexigibilidade de licitação fora das hipóteses previstas legalmente ou sem observância das formalidades pertinentes à dispensa e inexigibilidade.

Nesse sentido, a própria Lei 8.666/93 elenca hipóteses em que poderá ocorrer

possible, reviewed by a technical and legal team;

xx) Regular training of human resources should be promoted to raise awareness of compliance practices among Terna Group employees.

5.4. Bidding crimes:

Bidding crimes are provided for in Articles 89 to 99 of Law No. 8,666 of 21 June 1993.

The prediction of these crimes seeks to protect the integrity of the bidding process, both in terms of preservation of public property and in terms of the morality of public acts.

Among the criminal modalities, we highlight that provided for in Article 89 of the Law, which concerns the non-requirement or exemption from bidding outside the cases legally provided for or without compliance with the formalities relating to exemption and non-requirement.

In this sense, Law 8,666/93 itself lists situations in which the waiver or non-

a dispensa ou inexigibilidade de licitação, de modo que pratica o crime a pessoa que procede à dispensa ou inexigibilidade em desacordo com o previsto na normativa.

Além disso, o parágrafo único do citado dispositivo legal prevê que incorre na mesma pena do crime aquele que tenha concorrido para a consumação da ilegalidade, e, desse modo, tenha se beneficiado da dispensa ou inexigibilidade para celebrar contrato com o Poder Público.

Ou seja, o particular que se beneficia com uma dispensa ou inexigibilidade ilegal também poderá ser punido.

Outras condutas criminosas previstas na Lei, que também merecem realce, são as que dizem respeito à prática de ajustes, combinações ou fraudes que visem frustrar ou fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório, com a finalidade de obtenção de vantagem³³, e à prática de patrocínio de interesse privado, direto ou indireto, perante o Poder Público, dando causa à instauração de licitação ou celebração

requirement of bidding may occur, so that anyone implementing the non-requirement or exemption is in violation of the provisions of the regulations.

Moreover, the single paragraph of the said legal provision provides that anyone who has contributed to the illegal act shall incur the same penalty for the crime, and thus has benefited from the exemption or non-requirement to conclude a contract with the Public Authorities.

That is, the individual who benefits from an illegal exemption or non-requirement may also be punished.

Other criminal conduct provided for in the Law, which also deserve to be highlighted, are those relating to the practice of adjustments, combinations or fraud aimed at thwarting or defrauding the competitive nature of the bidding procedure, for the purpose of obtaining advantage³⁵, and the practice of sponsorship from private interests, direct or indirect, before the Public Authorities, which result in the opening of bidding or

³³ Artigo 90, da Lei 8.666/93.

³⁵ Article 90 of Law No. 8,666/93.

de contrato que venha a ser invalidado³⁴.

Deste modo, a Lei 8.666/93 criminaliza e pune não somente a conduta de agentes públicos que pratiquem atos ilegais em processos licitatórios, mas também a dos particulares que concorrem para tais atos ou que os praticam diretamente.

5.4.1. Áreas de risco:

Com relação aos crimes licitatórios, as seguintes atividades podem ser consideradas de risco:

- i) Participação de processos licitatórios;
- ii) Negociação, celebração, execução, fiscalização e renovação de contratos com a Administração Pública;
- iii) Relacionamento com agentes públicos, seja no momento de fiscalizações, de realização de eventuais reuniões, de despachos, de celebração de acordos e termos, no cumprimento de obrigações ou mesmo em encontros casuais;
- iv) Gestão de recursos financeiros;

conclusion of a contract that may be invalidated³⁶.

Thus, Law No. 8,666/93 criminalizes and punishes not only the conduct of public officials who commit illegal acts in bidding processes, but also to the individuals who compete for such acts or who practise them directly.

5.4.1. Areas of risk:

With regard to bidding crimes, the following activities can be considered as being of risk:

- i) Participating in tendering processes;
- ii) Negotiating, concluding, implementing, monitoring and renewing contracts with the Public Administration;
- iii) Relationships with public officials, either at the time of inspections, when holding any meetings, placing orders, concluding agreements and agreeing terms, complying with obligations or even during casual encounters;
- iv) Managing financial resources;

³⁴ Artigo 91, da Lei 8.666/93.

³⁶ Article 91 of Law No. 8,666/93.

v) Seleção, contratação e fiscalização de parceiros;

vi) Elaboração, revisão e apresentação de documentos, públicos ou particulares.

5.4.2. Princípios de comportamento:

Os dirigentes do Grupo Terna, bem como seus funcionários e terceiros contratados, deverão observar, além de outras normativas pertinentes, os princípios abaixo estabelecidos:

i) É proibido emitir documentos falsos ou falsificados, no todo ou em parte, em qualquer área de atuação, em especial àquelas afetas ao Poder Público;

ii) É proibido induzir, não importa como, a Autoridade Pública a realizar avaliação incorreta durante a análise e realização de processos licitatórios, de celebração de contratos, de pedidos de autorização, licenças, "nada consta", concessões etc.;

iii) É proibido praticar atos que visem beneficiar o Grupo Terna a obter dispensa ou inexigibilidade ilegal em procedimentos licitatórios;

iv) É proibido ajustar, combinar ou praticar qualquer outro ato que vise

v) Recruiting, hiring and supervising partners;

vi) Preparation, review and submission of documents, public or private.

5.4.2. Rules of behaviour:

In addition to other relevant regulations, the directors of the Terna Group and their employees and contractors must observe the principles set out below:

i) It is forbidden to issue forged or falsified documents, in whole or in part, in any area of activity, especially those affecting the Public Authorities;

ii) It is forbidden to induce, no matter how, the Public Authorities to carry out an incorrect evaluation during the examination and conduct of bidding processes, the conclusion of contracts, applications for authorisation, licences, "nothing on record", concessions, etc.;

iii) It is forbidden to commit acts aimed at benefiting the Terna Group to obtain illegal exemption or non-requirement in bidding procedures;

iv) It is forbidden to adjust, combine or take any other action aimed at

fraudar ou frustrar o caráter competitivo de procedimento licitatório;

v) É proibido patrocinar interesses privados perante a Administração Pública visando dar causa à instauração de licitação ou à celebração de contratos com o Poder Público;

vi) Todas as regras e normas estabelecidas nos contratos firmados com a Administração Pública deverão ser obedecidas;

vii) Deve haver uma contínua fiscalização de todas as fases de procedimentos licitatórios e de celebração de contratos, tais como: tratativas, celebração, assinatura e execução;

viii) O sigilo das propostas apresentadas em procedimentos licitatórios deverá ser rigorosamente observado;

ix) É proibido omitir informações com a finalidade de se permitir que se obtenha vantagem perante Autoridades Públicas e o Poder Público;

x) É proibido agir com o objetivo de conseguir que uma Autoridade Pública celebre contratos, forneça subsídio, financiamento, empréstimo com condições favoráveis ou outros serviços do tipo, mediante declarações e/ou

defrauding or thwarting the competitive nature of the bidding process;

v) It is forbidden to sponsor private interests before the Public Administration in order to bring about the establishment of bidding or the conclusion of contracts with the Public Authorities;

vi) All rules and standards established in contracts signed with the Public Administration must be obeyed;

vii) There must be continuous supervision of all stages of the bidding procedures and the conclusion of contracts, such as: negotiations, conclusion, signature and implementation;

viii) The confidentiality of tenders submitted in bidding procedures must be strictly observed;

ix) It is forbidden to leave out information in order to facilitate the obtaining of advantages from Public Authorities and the Government;

x) It is forbidden to act with the aim of making Public Authority provide a subsidy, financing, a loan with favourable terms or other such services, through declarations and/or articles, forgery or omissions of relevant information or, in

artefatos, falsificações ou omissões de informações pertinentes ou, de um modo geral, por meio de artifícios ou enganos que induzam a instituição a erro;

xi) É proibido o uso de fundos recebidos pelas Autoridades Públicas para fins que não aqueles para os quais foram concedidos;

xii) Todas as declarações emitidas às Autoridades Públicas nacionais ou internacionais deverão conter apenas dados corretos e deverão ser assinadas por indivíduos autorizados. Além disso, tais fundos, subsídios ou empréstimos deverão ser contabilizados de forma adequada;

xiii) Deve haver a separação correta de tarefas, assegurando-se que as fases de solicitação, de gestão e de relatórios referentes aos procedimentos públicos de licitação ou celebração de contratos sejam gerenciadas por diferentes Dirigentes da empresa;

xiv) Deve haver a coleta e análise das informações necessárias à prestação de contas, que deverão ser realizadas com o apoio dos setores e funções competentes;

xv) Toda a documentação e prestação de contas referentes à contratação com o Poder Público,

general, through trickery or deception that mislead the institution;

xi) It is forbidden to use funds received from Public Authorities for purposes other than those for which they were granted;

xii) All statements issued to national or international Public Authorities must contain only correct data, and must be signed by authorised individuals. In addition, such funds, subsidies or loans should be accounted for in an appropriate manner;

xiii) There must be proper separation of tasks to ensure that the request, management and report phases relating to public tender procedures or the conclusion of contracts are managed by different company Directors;

xiv) The information necessary for accountability must be collected and analysed, and this should be carried out with the support of the competent sectors and functions;

xv) All documentation and accountability relating to contracts with the Public Authorities must be approved at

solicitação de subsídios, empréstimos e garantias devem ser aprovadas por níveis hierárquicos apropriados, de modo que sejam revisadas;

xvi) As relações e contatos com Autoridades Públicas deverão ser controladas, de modo que, sempre que possível, estejam presentes pelo menos dois funcionários do Grupo Terna ou das empresas terceirizadas;

xvii) Todas as atividades que lidem com o Poder Público deverão ser monitoradas, direta ou indiretamente pelo *Compliance Officer*;

xviii) Deve ser mantido um canal de denúncias que atenda a todos os funcionários, inclusive os de campo e aqueles que prestam serviço através de empresas terceirizadas;

xix) Todos os funcionários, terceirizados ou não, deverão ser conscientizados acerca da importância de utilização do canal de denúncias;

xx) É proibido o oferecimento de valores, benefícios, ou cortesias a agentes públicos ou a seus parentes, ou mesmo a terceiros agindo em seu nome, com o objetivo de influenciar decisões do Poder Público em favor de interesses particulares ou do Grupo Terna;

the appropriate hierarchical levels so that they are reviewed;

xvi) Relationships and contacts with the Public Authorities should be controlled, so that at least two employees of the Terna Group or third-party companies are present wherever possible;

xvii) All activities dealing with the Government must be monitored, directly or indirectly, by the *Compliance Officer*;

xviii) A reporting channel should be maintained, which serves all employees, including those in the field and those who provide services through contractors;

xix) All employees, contracted or not, should be made aware of the importance of using the reporting channel;

xx) It is forbidden to offer funds, benefits, or courtesies to public officials or their relatives, or to third parties acting on their behalf, in order to influence decisions of the public authorities in favour of interests of individuals or the Terna Group;

xxi) Independentemente do propósito de influenciar decisões, não devem ser oferecidos ou concedidos benefícios, vantagens, presentes, refeições, viagens e hospedagens. O mesmo se aplica a descontos fora da prática comercial de mercado e oferta de emprego para parentes de agentes públicos;

xxii) Deve-se atender corretamente, de forma transparente e honesta, às fiscalizações realizadas pelo Poder Público, sempre que possível na companhia de mais um funcionário;

xxiii) Todas as obrigações legais e contratuais deverão ser cumpridas;

xxiv) Todos os acordos e contratos deverão ser feitos por escrito e em observância da legislação vigente, e, sempre que possível, revisados por uma equipe técnica e jurídica;

xxv) Deve ser promovido o treinamento regular dos recursos humanos para conscientizar os funcionários do Grupo Terna acerca das práticas de conformidade.

xxvi) É proibida a realização de patrocínios e doações de natureza política, para candidatos ou partidos políticos ou a associações a ele vinculadas pelas empresas do Grupo Terna e seus empregados;

xxi) Regardless of the purpose of influencing decisions, no benefits, advantages, gifts, meals, travel and lodging should be offered or granted. The same applies to discounts beyond the market commercial practice and offers of employment to relatives of public officials;

xxii) One must respond correctly, transparently and honestly to the audits carried out by the public authorities, in the presence of another employee whenever possible;

xxiii) All legal and contractual obligations must be complied with;

xxiv) All agreements and contracts must be in writing and in accordance with current legislation, and, wherever possible, reviewed by a technical and legal team;

xxv) Regular training of human resources should be promoted to raise awareness of compliance practices among Terna Group employees.

xxvi) Companies of the Terna Group and their employees are prohibited from providing sponsorships and donations of a political nature to political candidates or parties or associations linked to them;

5.5. Crimes contra a ordem tributária e econômica e crimes contra o sistema financeiro:

A Lei n.º 8.137, de 27 de dezembro de 1.990 dispõe sobre os crimes contra a ordem tributária³⁷ e econômica³⁸, além dos crimes contra as relações de consumo.

De acordo com a Lei, configura crime contra a ordem tributária a prática de qualquer ato que importe na supressão ou redução de tributo, contribuição social ou de qualquer acessório, como as multas. A Lei elenca as condutas que constituem o crime, tais como a omissão de informações, a prestação de declarações falsas às autoridades fazendárias, a falsificação de nota fiscal, a emissão de documento falso, dentre outras.

Assim, por exemplo, se o responsável pelo setor financeiro de uma empresa suprime algum tributo devido, ou diminui o seu valor, poderá responder pela prática do crime.

³⁷ Artigos 1 a 3, da Lei n.º 8.137/90.

³⁸ Artigo 4, da Lei n.º 8.137/90.

5.5. Crimes against the tax and economic system and crimes against the financial system:

Law no. 8,137, of 27 December 1990 provides for crimes against the tax³⁹ and economic⁴⁰ system, in addition to crimes against consumer relations.

According to the Law, committing any act that results in the cancellation or reduction of taxes, social contributions or any accessory, such as fines, constitutes a crime against the tax system. The Law lists the behaviours that constitute the crime, such as leaving out information, providing false declarations to the competent tax authorities, forging tax receipts, issuing false documents, etc.

Thus, for example, if the person responsible for the financial sector of a company suppresses any tax due, or reduces its value, they may be liable for the crime.

³⁹ Articles 1 and 3 of Law No. 8,137/90.

⁴⁰ Article 4 of Law No. 8,137/90.

Além disso, a Lei em questão dispõe também sobre os crimes contra a ordem econômica, que podem ser praticados mediante a prática de diversas condutas, como a dominação do mercado e a eliminação da concorrência mediante ajuste ou acordo de empresas, por meio do abuso do poder econômico, a formação de acordo ou ajustes visando a fixação de preços, o controle regionalizado do mercado por uma empresa ou por um grupo de empresas, dentre outras.

Por sua vez, a Lei n.º 7.492, de 16 de junho de 1986, define os atos que configuram os crimes contra o sistema financeiro nacional⁴¹.

⁴¹ Para efeitos legais, a Lei define, no artigo 1º, o que é instituição financeira: "Art. 1º Considera-se instituição financeira, para efeito desta lei, a pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha como atividade principal ou acessória, cumulativamente ou não, a captação, intermediação ou aplicação de recursos financeiros (Vetado) de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, ou a custódia, emissão, distribuição, negociação, intermediação ou administração de valores mobiliários. Parágrafo único. Equipara-se à instituição financeira: I - a pessoa jurídica que capte ou administre seguros, câmbio, consórcio, capitalização ou qualquer tipo de poupança, ou recursos de terceiros; II - a pessoa natural que exerça quaisquer das atividades referidas neste artigo, ainda que de forma eventual."

In addition, the Law in question also provides for crimes against the economic system, which can be committed through the practice of various behaviours, such as market domination and the removal of competition by agreements or arrangements between companies, by means of the abuse of economic power, the formation of agreement or adjustments aimed at price fixing, regional control of the market by a company or group of companies, etc.

In turn, Law No. 7,492 of 16 June 1986 defines the acts that constitute crimes against the national financial system⁴².

⁴² For legal purposes, the Law defines a financial institution in Article 1: "Art. 1. For the purposes of this law, a legal entity governed by public or private law, which has as its main or ancillary activity, cumulatively or otherwise, the raising, intermediation or application of financial resources (forbidden) of third parties, in Brazilian or foreign currency, or the custody, issue, distribution, negotiation, intermediation or administration of securities. Sole Paragraph. A financial institution is considered as: I - the legal entity that receives or manages insurance, foreign exchange, a trust, capitalisation or any type of savings, or third-party resources; II - the natural person who performs any of the activities referred to in this article, even hypothetically."

Dentre as diversas condutas previstas na Lei⁴³, há que se destacar as que definem como crime a prática de atos que importem na obtenção fraudulenta de financiamento em instituição financeira⁴⁴, na realização de operação de câmbio não autorizada com a finalidade de se promover a evasão de divisas do país⁴⁵, bem como a manutenção, no exterior, de depósitos não declarados à repartição federal competente⁴⁶.

Outras condutas consideradas criminosas pela Lei são as de se induzir ou manter em erro sócio, investidor ou repartição pública competente sobre operação ou situação financeira, sonegando informação ou prestando-a falsamente⁵¹, ou, ainda, emitir, oferecer ou negociar títulos ou valores mobiliários falsos, sem o registro prévio de emissão junto à autoridade competente ou com outra irregularidade, sem lastro ou garantia suficiente ou sem a autorização necessária, quando legalmente exigida⁵².

Among the various types of conduct provided for by the Law⁴⁷, it is necessary to highlight those that define as a crime the practice of acts that may result in fraudulently obtaining financing in the financial institution⁴⁸, the performance of an unauthorised exchange operation to promote the evasion of foreign exchange⁴⁹, as well as the maintenance, outside of the country, of deposits not declared to the competent federal office⁵⁰.

Other conduct considered criminal by the Law is to mislead or deceive a partner, investor or competent government department about a financial transaction or situation, withhold information or falsely provide it⁵³, or issue, offer or trade false securities or shares, without previously registering the issue with the competent authority or involving another irregularity or without sufficient backing or guarantee, or without the necessary authorisation, when this is required by law⁵⁴.

⁴³ Artigos 2 ao 23, da Lei n.º 7.492/86.

⁴⁴ Artigo 19 da Lei n.º 7.492/86.

⁴⁵ Artigo 22 da Lei n.º 7.492/86.

⁴⁶ Artigo 22, parágrafo único, da Lei n.º 7.492/86.

⁴⁷ Articles 2 to 23 of Law No. 7,492/86.

⁴⁸ Article 19 of Law No. 7,492/86.

⁴⁹ Article 22 of Law No. 7,492/86.

⁵⁰ Article 22, sole paragraph, of Law No. 7,492/86.

⁵¹ Artigo 6 da Lei n.º 7.492/86.

⁵² Artigo 7 da Lei n.º 7.492/86.

⁵³ Article 6 of Law No. 7,492/86.

⁵⁴ Article 7 of Law No. 7,492/86.

Cumpra esclarecer que o ato de se apontar lucros inexistentes ou de encobrir perdas poderá configurar algumas modalidades criminosas, a depender de cada caso. Poderia, por exemplo, configurar um crime de estelionato⁵⁵ ou até mesmo um crime falimentar, de indução a erro⁵⁶.

Por fim, o crime de caixa dois tem previsão legal tanto na Lei n.º 7.492/86, no artigo 11⁵⁹, quanto no Código Eleitoral⁶⁰, quando os fins são eleitorais.

5.5.1. Áreas de risco:

As seguintes atividades podem ser consideradas de risco, considerando a previsão legal dos crimes contra a ordem tributária, econômica e dos crimes contra o sistema financeiro nacional:

⁵⁵ Artigo 171, do Código Penal.

⁵⁶ Artigo 171, da Lei 11.101/05.

⁵⁷ Article 171 of the Criminal Code.

⁵⁸ Article 171 of Law No. 11,101/05.

⁵⁹ Art. 11. Manter ou movimentar recurso ou valor paralelamente à contabilidade exigida pela legislação: Pena - Reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.

⁶⁰ Art. 350. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, para fins eleitorais: Pena - reclusão até cinco anos e pagamento de 5 a 15 dias-multa, se o documento é público,

It should be clarified that stating non-existent profits or concealing losses can constitute criminal activity, depending on the case. It could, for example, constitute a crime of embezzlement⁵⁷ or even a bankruptcy offence of deception⁵⁸.

Finally, the crime in box two has a legal provision both in Law No. 7,492/86, Article 11⁶¹, and in the Electoral, Code I⁶², when it is for electoral purposes.

5.5.1. Areas of risk:

The following activities can be considered risks, taking into account the legal provision for tax crimes, economic crimes and crimes against the national financial system:

e reclusão até três anos e pagamento de 3 a 10 dias-multa se o documento é particular.

⁶¹ Art. 11. Maintaining or moving resources or funds not shown in the accounting records required by the law: Penalty - one (1) to five (5) years' imprisonment and a fine.

⁶² Art. 350. In a public or private document, leave out a statement that should appear in it, or insert in it or make a false or a different statement from what should have been written, for electoral purposes: Penalty - up to five years' imprisonment and payment of 5 to 15 daily fines, if the document is public, and up to three years' imprisonment and payment of 3 to 10 daily fines, if the document is private.

- i) Relacionamentos com agentes públicos, seja no momento de fiscalizações, de realização de eventuais reuniões, de despachos, de celebração de acordos e termos, no cumprimento de obrigações ou mesmo em encontros casuais;
- ii) Trato com órgãos do Sistema Financeiro Nacional⁶³ e com instituições financeiras;
- iii) Gestão de recursos financeiros;
- iv) Gestão com auditores externos;
- v) Elaboração de documentos a serem compartilhados com acionistas ou com o público (por exemplo, orçamentos, relatórios financeiros periódicos) que dizem respeito à situação econômico-patrimonial ou financeira de uma Sociedade Estrangeira, mesmo que esses documentos sejam diferentes daqueles elaborados no contexto das informações financeiras periódicas;
- vi) Recolhimento e pagamento de tributos;
- vii) Trato com outras empresas que atuem no mesmo ramo que o Grupo Terna, seja diretamente ou indiretamente.

⁶³ Tais como o Conselho Monetário Nacional (CMN); o Banco Central do Brasil (BACEN); e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

- i) Relationships with public officials, either at the time of inspections, when holding any meetings, placing orders, concluding agreements and agreeing terms, complying with obligations or even during casual encounters;
- ii) Dealings with agencies of the National Financial System⁶⁴ and financial institutions;
- iii) Managing financial resources;
- iv) Management with external auditors;
- v) Preparation of documents to be shared with shareholders or the public (e.g. budgets, periodic financial reports) concerning the economic and financial situation of a Foreign Company, even if those documents are different from the ones prepared in the context of periodic financial information;
- vi) Payment and collection of tax;
- vii) Dealing, either directly or indirectly, with other companies operating in the same sector as the Terna Group.

⁶⁴ Such as the National Monetary Council (CMN); Central Bank of Brazil (BACEN); and the Brazilian Securities and Exchange Commission (CVM).

5.5.2. Princípios de comportamento:

Os dirigentes do Grupo Terna, bem como seus funcionários e terceiros contratados, deverão observar, além de outras normativas pertinentes, os princípios abaixo estabelecidos:

- i) A contabilidade deve ser administrada de forma verídica e correta, com o registro de todas as operações realizadas, com a emissão dos documentos legais correspondentes e, em especial, os funcionários que atuam no setor da gestão da contabilidade devem desenvolver suas responsabilidades com rigor e obediências às normas legais;
- ii) Os dados e informações utilizados nos relatórios financeiros devem ser precisos e cuidadosamente verificados;
- iii) Todos os itens do orçamento, de determinação e quantificação suscetível a apreciação devem ser objetivos e sustentados pela documentação adequada;
- iv) Todas as operações devem ser executadas em conformidade com o sistema de autorização adotado;

5.5.2. Rules of behaviour:

In addition to other relevant regulations, the directors of the Terna Group and their employees and contractors must observe the principles set out below:

- i) The accounting must be managed in a truthful and correct manner, with records of all operations carried out and issuing the corresponding legal documents and, in particular, employees working in the accounts management sector must carry out their responsibilities rigorously and comply with legal standards;
- ii) The data and information used in financial reports must be accurate and checked carefully;
- iii) All budget items used for determining and quantifying, which are subject to assessment, must be objective and supported by the appropriate documentation;
- iv) All operations must be carried out in accordance with the adopted authorisation system;

v) As faturas e outros documentos relevantes sobre as operações realizadas devem ser cuidadosamente verificadas, registradas e arquivadas;

vi) As operações devem ser registradas de forma a permitir a preparação do orçamento segundo as normas contábeis ou com qualquer outro critério aplicáveis;

vii) O acesso à documentação contábil somente deve ser permitido a indivíduos autorizados com base no sistema de autorização em vigor, tendo em vista as funções exercidas;

viii) É proibida a adoção de qualquer conduta que impeça ou atrapalhe o controle e a auditoria pelos auditores externos, ocultando documentação ou fazendo uso de outros meios fraudulentos;

ix) É proibido emitir documentos falsos ou falsificados, no todo ou em parte, em qualquer área de atuação, em especial àquelas afetas ao Poder Público;

x) É proibido suprimir ou reduzir tributos, contribuição social ou qualquer acessório devido;

xi) É proibido omitir informações com a finalidade de se permitir que se obtenha vantagem perante Autoridades Públicas e o Poder Público;

v) Invoices and other relevant documents about transactions carried out must be carefully checked, recorded and filed;

vi) Transactions must be recorded in such a way as to enable the budget to be prepared according to the accounting standards or any other applicable criteria;

vii) Only authorised individuals should be given access to accounting documentation based on the authorization system in force, taking into account the duties they perform;

viii) It is forbidden to adopt any behaviour that prevents or hinders the checks and audit by external auditors, conceal documentation or use other fraudulent means;

ix) It is forbidden to issue forged or falsified documents, in whole or in part, in any area of activity, especially those affecting the Public Authorities;

x) It is forbidden to delete or reduce taxes, social contributions or any incidentals due;

xi) It is forbidden to leave out information in order to facilitate the obtaining of advantages from Public Authorities and the Government;

xii) É proibida a prática de qualquer ato que importe em dominação do mercado e na eliminação da concorrência, bem como a formação de acordos ou ajustes visando a fixação de preços, o controle regionalizado do mercado por uma empresa ou por um grupo de empresas;

xiii) É proibido agir com o objetivo de conseguir que uma Autoridade Pública forneça subsídio, financiamento, empréstimo com condições favoráveis ou outros serviços do tipo, mediante declarações e/ou artefatos, falsificações ou omissões de informações pertinentes ou, de um modo geral, por meio de artifícios ou enganos que induzam a instituição a erro;

xiv) É proibido o uso de fundos recebidos pelas Autoridades Públicas para fins que não aqueles para os quais foram concedidos;

xv) Todas as declarações emitidas às Autoridades Públicas nacionais ou internacionais, deverão conter apenas dados corretos, e deverão ser assinadas por indivíduos autorizados;

xvi) Deve haver a separação correta de tarefas, assegurando-se que as fases de solicitação, de gestão e de relatórios referentes aos procedimentos que visam

xii) It is forbidden to practice of any act that results in market domination and the elimination of competition, as well as to establish agreements or adjustments for the purpose of price fixing or regionalised market control by an company or group of companies;

xiii) It is forbidden to act in order to get a Public Authority to grant a subsidy, financing, a loan with favourable terms or other such services, by means of declarations and/or items, forgery or by omitting relevant information or, in general, by means of trickery or deception that mislead the institution;

xiv) It is forbidden to use funds received from Public Authorities for purposes other than those for which they were granted;

xv) All statements issued to national or international Public Authorities must contain only accurate information, and must be signed by authorised individuals;

xvi) There must be proper separation of tasks to ensure that the request, management and report phases relating to public procedures for obtaining funds,

a obtenção de fundos, subsídios ou empréstimos sejam gerenciadas por diferentes Dirigentes da empresa;

xvii) Deve haver a coleta e análise das informações necessárias à prestação de contas, que deverão ser realizadas com o apoio dos setores e funções competentes;

xviii) Toda a documentação e prestação de contas referentes à solicitação de subsídios, empréstimos e garantias devem ser aprovadas por níveis hierárquicos apropriados, de modo que sejam revisadas;

xix) Deve ser mantido um canal de denúncias que atenda a todos os funcionários, inclusive os de campo e aqueles que prestam serviço através de empresas terceirizadas;

xx) Todos os funcionários, terceirizados ou não, deverão ser conscientizados acerca da importância de utilização do canal de denúncias por todos os envolvidos nas atividades do Grupo Terna;

xxi) É proibido o oferecimento de valores, benefícios, ou cortesias a agentes públicos ou a seus parentes, ou mesmo a terceiros agindo em seu nome, com o objetivo de influenciar decisões do

grants or loans are managed by different company Directors;

xvii) The information necessary for accountability must be collected and analysed, and this should be carried out with the support of the competent sectors and functions;

xviii) All documentation and accountability relating to applications for subsidies, loans and guarantees must be approved at the appropriate hierarchical levels so that they may be reviewed;

xix) A reporting channel should be maintained, which serves all employees, including those in the field and those who provide services through contractors;

xx) All employees, outsourced or not, must be made aware that it is important that everyone involved in the activities of the Terna Group should use the reporting channel;

xxi) It is forbidden to offer funds, benefits, or courtesies to public officials or their relatives, or to third parties acting on their behalf, in order to influence decisions of the public authorities in favour of interests of individuals or the Terna Group;

Poder Público em favor de interesses particulares ou do Grupo Terna;

xxii) Deve-se atender corretamente, de forma transparente e honesta, às fiscalizações realizadas pelo Poder Público, sempre que possível na companhia de mais um funcionário;

xxiii) Todos os acordos e contratos deverão ser feitos por escrito e de acordo com a legislação vigente, e, sempre que possível, revisados por uma equipe técnica e jurídica;

xxiv) A manutenção de quaisquer recursos no exterior do País deverá ser informada às Autoridades competentes brasileiras;

xxv) As operações de câmbio deverão ser feitas somente em instituições autorizadas legalmente e competentes;

xxvi) Deve ser promovido o treinamento regular dos recursos humanos para conscientizar os funcionários do Grupo Terna acerca das práticas de conformidade.

5.6. Crimes de lavagem de dinheiro:

A lavagem de dinheiro, que tem origem na expressão americana “*money laundering*”, também conhecida no Brasil como “branqueamento de capitais”, é

xxii) One must respond correctly, transparently and honestly to the audits carried out by the public authorities, in the presence of another employee whenever possible;

xxiii) All agreements and contracts must be in writing and in accordance with current legislation, and, wherever possible, reviewed by a technical and legal team;

xxiv) The maintenance of any resources outside the country should be reported to the competent Brazilian authorities;

xxv) Foreign exchange transactions should only be carried out in legally authorised, competent institutions;

xxvi) Regular training of human resources should be promoted to raise awareness of compliance practices among Terna Group employees.

5.6. Money laundering crimes:

Money laundering is a practice intended to conceal or hide the illegal origin of financial or equity assets.

uma prática que visa, em resumo, a dissimular ou ocultar a origem ilícita de ativos financeiros ou bem patrimoniais.

A Lei n.º 12.683, de 9 de julho de 2012, define diversas condutas que configuram a prática do crime de lavagem de dinheiro, tais como:

- a ocultação ou dissimulação da natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal⁶⁵;
- ocultação ou dissimulação da utilização de bens, direitos ou valores provenientes de infração penal⁶⁷; e
- utilização, na atividade econômica ou financeira, de bens, direitos ou valores provenientes de infração penal⁶⁹.

A mesma Lei prevê, inclusive, que a investigação e a punição das práticas de lavagem de dinheiro independem do processo e julgamento das infrações penais antecedentes, ainda que

Law No. 12,683 of 9 July 2012 defines several behaviours that constitute the crime of money laundering, these include:

- hiding or concealing the nature, origin, location, disposal, transfer or ownership of assets, rights or amounts that derive, directly or indirectly, from a criminal offence⁶⁶;
- hiding or concealing the use of property, rights or values derived from a criminal offence⁶⁸; and
- using, in the economic or financial activity, assets, rights, or values derived from a criminal offence⁷⁰.

This Law also provides that the investigation and punishment of money laundering practices are independent of the process and prosecution of previous criminal offences, even if it committed in

⁶⁵ Artigo 1º, da Lei n.º 12.683/12.

⁶⁶ Article 1 of Law No. 12,683/12.

⁶⁷ Artigo 1º, parágrafo 1º, da Lei n.º 12.683/12.

⁶⁸ Article 1, paragraph 1, Law No.12,683/12.

⁶⁹ Artigo 1º, parágrafo 2º, da Lei n.º 12.683/12.

⁷⁰ Article 1, paragraph 2, Law No.12,683/12.

praticadas em outro país.

Cumpra ressaltar que aquele que compra, toma posse ou usa bens que sabe ter origem criminosa pode ser responsabilizado pelo crime de receptação⁷¹, pelo crime de favorecimento real⁷², ou mesmo de lavagem de dinheiro, a depender da vontade do agente.

No Brasil, a conduta conhecida em outros países como "autolavagem de dinheiro", ou seja, aquela em que o produto do crime é da mesma pessoa que esconde a sua origem ilícita é também considerada crime de lavagem de dinheiro, na forma da Lei nº 12.683/12.

⁷¹ Art. 180 - Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa. **Receptação qualificada** §1º - Adquirir, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, coisa que deve saber ser produto de crime.

⁷² Art. 349 - Prestar a criminoso, fora dos casos de coautoria ou de receptação, auxílio destinado a tornar seguro o proveito do crime. Pena - detenção, de um a seis meses, e multa.

another country.

It should be noted that the person who purchases, takes possession or uses goods they know have a criminal origin may be liable for the crime of receiving stolen goods⁷³, the crime of actual favour⁷⁴, or even of money laundering, according to the discretion of the official.

In Brazil, conduct known in other countries as "self-laundering of money", that is, one in which the proceeds of the crime belong to the same person who conceals their illegal origin, is also considered a crime of money laundering, according to Law No.12,683/12.

⁷³Art. 180 - To acquire, receive, transport, manage or hide, for the benefit of themselves or others, something they know to be the proceeds of crime, or to influence a third party to acquire, receive or conceal it in good faith: Penalty - imprisonment, from one to four years, and a fine. **Qualified reception** Paragraph 1 - To acquire, receive, transport, manage, hide, hold in storage, disassemble, assemble, reassemble, sell, display for sale, or in any way use, for their own benefit or that of others, in the course of commercial or industrial activity, something they must know to be the proceeds of crime.

⁷⁴ Art. 349 - To provide assistance to a criminal, other than in cases of acting as an accomplice or receiving stolen goods, in order to secure the proceeds of the crime. Penalty - detention, of one to six months, and a fine.

5.6.1. Áreas de risco:

As seguintes atividades podem ser consideradas de risco:

- i) Gestão de recursos financeiros e dos fluxos de caixa;
- ii) Vínculos contratuais com fornecedores, parceiros e qualquer outro indivíduo ou companhia para o desenvolvimento de atividades de construção e transmissão.
- iii) Quaisquer aquisições ou alienações realizadas pelo Grupo Terna ou suas controladas.

5.6.2. Princípios de comportamento:

O Grupo Terna condena e não permite, de forma alguma, qualquer comportamento direcionado, mesmo que indiretamente, a facilitar atos criminosos, como a receptação e a lavagem e o uso de dinheiro, bens e qualquer outra utilidade de origem ilícita.

Assim, cada companhia do Grupo Terna e seus parceiros terceirizados comprometem-se a implementar todas as atividades de controle preventivo e sucessivo necessárias para alcançar tal

5.6.1. Areas of risk:

The following activities can be considered as risk:

- i) Management of financial resources and cash flows;
- ii) Contractual relationships with suppliers, partners and any other individual or company for the development of construction and transmission activities.
- iii) Any acquisitions or divestitures made by the Terna Group or its subsidiaries.

5.6.2. Rules of behaviour:

The Terna Group condemns and does not in any way allow any behaviour that is intended, even indirectly, to facilitate criminal acts, such as receiving, laundering and using money, property and any other utility of illegal origin.

Thus, each company of the Terna Group and its third-party partners undertake to implement all the necessary preventive and successive control activities to achieve this goal.

objetivo.

Os dirigentes do Grupo Terna, bem como seus funcionários e terceiros contratados deverão observar, além de outras normativas pertinentes, os princípios abaixo estabelecidos:

- i) É proibido firmar qualquer acordo contratual com um terceiro que não tenha superado com sucesso o processo de *due diligence*, a não ser com autorização fundamentada de parte de nível hierárquico superior;
- ii) É proibido pagar recibos em branco, seja referente a transações de cobrança, pagamentos, transferência de fundos, ou outros;
- iii) É proibido efetuar ou receber pagamentos de contas bancárias anônimas, localizados em paraísos fiscais ou países "não-cooperativos";
- iv) É proibido emitir, receber faturas ou liberar documentos de transações inexistentes;
- v) A contabilidade deve ser administrada de forma verídica e correta, com o registro de todas as operações realizadas, com a emissão dos documentos legais correspondentes e, em especial, os funcionários que atuam

The directors of the Terna Group, as well as their employees and contractors must observe, in addition to other relevant regulations, the principles set out below:

- i) It is forbidden to enter into any contractual arrangement with a third party that has not successfully passed the *due diligence* process, other than with authorisation from a higher level in the hierarchy;
- ii) It is forbidden to pay blank receipts relating to billing transactions, payments, transfer of funds, or others;
- iii) It is forbidden to make or receive payments from anonymous bank accounts located in tax havens or "non-cooperative" countries;
- iv) It is forbidden to issue or receive invoices or release documents for non-existent transactions;
- v) The accounting must be managed in a truthful and correct manner, with records of all operations carried out and issuing the corresponding legal documents and, in particular, employees working in the accounts management

no setor da gestão da contabilidade devem desenvolver suas responsabilidades com rigor e obediências às normas legais;

vi) Os dados e informações utilizados nos relatórios financeiros devem ser precisos e cuidadosamente verificados;

vii) Todos os itens do orçamento, de determinação e quantificação devem ser objetivos e sustentados pela documentação adequada;

viii) Todas as operações devem ser executadas em conformidade com o sistema de autorização adotado;

ix) As faturas e outros documentos relevantes sobre as operações realizadas devem ser cuidadosamente verificadas, registradas e arquivadas;

x) É proibida a adoção de qualquer conduta que impeça ou atrapalhe o controle e a auditoria pelos auditores externos, ocultando documentação ou fazendo uso de outros meios fraudulentos;

xi) É proibido emitir documentos falsos ou falsificados, no todo ou em parte, em qualquer área de atuação, em especial àquelas afetas ao Poder Público;

xii) É proibido omitir informações com a finalidade de se permitir que se obtenha

sector must carry out their responsibilities rigorously and comply with legal standards;

vi) The data and information used in financial reports must be accurate and checked carefully;

vii) All budget, determination and quantification must be objective and supported by the appropriate documentation;

viii) All operations must be carried out in accordance with the adopted authorisation system;

ix) Invoices and other relevant documents about transactions carried out must be carefully checked, recorded and filed;

x) It is forbidden to adopt any behaviour that prevents or hinders the checks and audit by external auditors, conceal documentation or use other fraudulent means;

xi) It is forbidden to issue forged or falsified documents, in whole or in part, in any area of activity, especially those affecting the Public Authorities;

xii) It is forbidden to leave out information in order to facilitate the

vantagem perante Autoridades Públicas e o Poder Público;

xiii) Todas as declarações emitidas às Autoridades Públicas nacionais ou internacionais, deverão conter apenas dados corretos, e deverão ser assinadas por indivíduos autorizados;

xiv) Deve ser mantido um canal de denúncias que atenda a todos os funcionários, inclusive os de campo e aqueles que prestam serviço através de empresas terceirizadas;

xv) Todos os funcionários, terceirizados ou não, deverão ser conscientizados acerca da importância de utilização do canal de denúncias;

xvi) Deve-se atender corretamente, de forma transparente e honesta, às fiscalizações realizadas pelo Poder Público, sempre que possível na companhia de mais um funcionário;

xvii) Deve ser promovido o treinamento regular dos recursos humanos para conscientizar os funcionários do Grupo Terna acerca das práticas de conformidade;

xviii) Todas as transações financeiras realizadas deverão ser totalmente documentadas, com seus devidos comprovantes;

obtaining of advantages from Public Authorities and the Government;

xiii) All statements issued to national or international Public Authorities must contain only accurate information, and must be signed by authorised individuals;

xiv) A reporting channel should be maintained, which serves all employees, including those in the field and those who provide services through contractors;

xv) All employees, contracted or not, should be made aware of the importance of using the reporting channel;

xvi) One must respond correctly, transparently and honestly to the audits carried out by the public authorities, in the presence of another employee whenever possible;

xvii) Regular training of human resources should be promoted to raise awareness of compliance practices among Terna Group employees;

xviii) All financial transactions carried out must be fully documented, with their proper receipts;

xix) Deve-se manter cadastro completo e atualizado de todos os parceiros comerciais terceirizados e empregados do Grupo Terna.

Para implementar os Princípios de Comportamento acima mencionados, o Grupo Terna deve:

i) Conduzir uma *due diligence* em potenciais fornecedores e parceiros, ou outras categorias de terceiros, utilizando documentos, dados ou informações obtidas de fontes independentes. O processo de *due diligence* deve ser proporcional ao risco real ou percebido do envolvimento de terceiros em atividades ilícitas. Nesse sentido, as circunstâncias a seguir devem ser consideradas como "*red flag*" capazes de fazer cessar os contratos eventualmente já firmados, nos termos do disposto do tópico 4 deste documento:

a) O terceiro é uma companhia constituída em um País que, segundo os índices internacionais, como o Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional, é conhecido pela corrupção generalizada, ou é considerado "não-cooperativo" de

xix) Full and updated records of all subcontracted business partners and employees of the Terna Group must be maintained.

To implement the above mentioned Principles of Behaviour, the Terna Group must:

i) Conduct *due diligence* on potential suppliers and partners, or other categories of third parties, using documents, data or information obtained from independent sources. The *due diligence* process must be proportional to the actual or perceived risk of third-party involvement in illegal activities. In this sense, the following circumstances should be regarded as a "*red flag*" capable of terminating contracts that may already have been signed, in accordance with the provisions of topic 4 of this document:

a) The third party is a company incorporated in a country which, according to international indices such as the Transparency International Corruption Perceptions Index, is known for widespread corruption, or is considered "non-cooperative" according to the FATF

acordo com a lista negra do GAFI, ou outras listas difundidas por instituições internacionais que integram a luta global contra a lavagem de dinheiro;

b) A estrutura da propriedade do terceiro parece incomum ou excessivamente complexa, dada a natureza de seus negócios;

c) O terceiro é ou foi suspenso da participação em licitações ou da assinatura de contratos com companhias estatais/entidades públicas/entidades governamentais em face de inquéritos realizados;

d) O terceiro foi submetido no passado a um processo penal;

e) O terceiro se recusa a respeitar o programa de integridade adotado pela companhia e não adotou qualquer código de conduta ou instrumento de integridade similar;

f) A sede do terceiro é virtual;

g) O terceiro tem um sócio oculto.

ii) Acompanhar todas as atividades de *due diligence* realizadas (por exemplo. Cópias, registros de documentos de identidade oficiais,

blacklist or other lists disseminated by international institutions that are part of the global fight against money laundering;

b) The structure of the third party's property seems unusual or excessively complex, given the nature of its business;

c) The third party is or has been suspended from participating in tenders or signing contracts with state companies/public entities/government entities on the basis of surveys carried out;

d) The third party has been subjected in the past to criminal proceedings;

e) The third party refuses to comply with the integrity program adopted by the company and has not adopted any code of conduct or similar integrity instrument;

f) The third party's headquarters are virtual;

g) The third party has a silent partner.

ii) Monitor all *due diligence* activities carried out (for example, Copies, records of official identity documents, requests to identify the final beneficiary, etc.);

solicitações para identificar o beneficiário final etc.);

iii) Conservar por pelo menos cinco anos toda a documentação concernente a transações concluídas com terceiros, para as quais tenham sido necessárias atividades de *due diligence* mais aprofundadas;

iv) Adotar medidas para efetuar controles analíticos dos fluxos de caixa e da gestão de contas bancárias;

v) Verificar a validade dos pagamentos, assegurando-se que o recebedor/pagador, dependendo do caso, seja a contraparte real envolvida na transação ou indicada na documentação contratual.

5.7. Crimes de financiamento ao terrorismo:

Apesar de a Constituição da República dispor, desde o ano de 1.988, sobre a criminalização do terrorismo⁷⁵, essa prática somente foi disciplinada no Brasil muito recentemente, no ano de 2.016,

⁷⁵ “Artigo 5, inciso XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.”

iii) Retain for at least five years all documentation relating to transactions completed with third parties, for which further due diligence activities have been required;

iv) Adopt measures to perform analytical controls of cash flows and management of bank accounts;

v) Check the validity of payments, and ensure that the recipient/payer, depending on the case, is the actual counterpart involved in the transaction or indicated in the contractual documentation.

5.7. Terrorist financing crimes:

Although since 1988 the Constitution of the Republic has referred to the criminalisation of terrorism⁷⁶, this practice was only disciplined in Brazil very recently, in 2016, by Law No. 13,260 of 16

⁷⁶ “Article 5, paragraphXLIII - the law will consider as a felony not subject to bail or amnesty the practice of torture, illegal trafficking of narcotics and similar drugs, terrorism and what are defined as heinous crimes, for those who plan and carry them out and those who can stop them but fail to do so.”

pela Lei n.º 13.260, de 16 de março de 2016, no mesmo ano em que o País sediou um grande evento mundial: os Jogos Olímpicos.

A Lei primeiramente define o que se entende por terrorismo, esclarecendo que *“o terrorismo consiste na prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública”*⁷⁷.

Logo em seguida, a Lei elenca diversas condutas que são caracterizadas como atos de terrorismo, tais como: *“usar ou ameaçar usar, transportar, guardar, portar ou trazer consigo explosivos, gases tóxicos, venenos, conteúdos biológicos, químicos, nucleares ou outros meios capazes de causar danos ou promover destruição em massa”*⁷⁹, dentre outras.

Cumprido ressaltar que, além da prática

March 2016, the same year the country hosted a major international event: the Olympic Games.

The Law first defines what is meant by terrorism, and clarifies that *“terrorism is the practice by one or more individuals of the acts provided for in this article, for reasons of xenophobia, discrimination or race, colour, ethnicity and religious prejudice, when committed for the purpose of causing social or widespread terror, and endangering people, property, the public peace or public safety”*⁷⁸.

The Law goes on to list several different behaviours that are characterized as acts of terrorism, such as: *“using or threatening to use, transport, store, carry or wear explosives, toxic gases, poisons, biological, chemical, nuclear content or other means capable of causing damage or promoting mass destruction”*⁸⁰, etc.

It should be noted that, in addition to

⁷⁷ Artigo 2 da Lei 13.260/16.

⁷⁸ Article 2 of Law No. 13,260/16.

⁷⁹ Artigo 2, inciso I, da Lei n.º 13.260/16.

⁸⁰ Article 2 (I) of Law No. 13,260/16.

dos atos de terrorismo, a Lei tipifica outras condutas criminosas, como a promoção, constituição e auxílio a organização terrorista⁸¹ e os atos de "receber, prover, oferecer, obter, guardar, manter em depósito, solicitar, investir, de qualquer modo, direta ou indiretamente, recursos, ativos, bens, direitos, valores ou serviços de qualquer natureza, para o planejamento, a preparação ou a execução dos crimes"⁸² previstos na Lei.

Deste modo, a Lei criminaliza tanto a prática de atos diretos de terrorismo, como também a conduta de quem investe, de qualquer modo, direta ou indiretamente, no planejamento, preparação ou execução de atos de terrorismo.

Uma empresa poderia praticar tais condutas para, por exemplo: (i) a proteção de negociações em países onde as organizações terroristas são capazes de exercer influência considerável; (ii) obter dos fornecedores condições econômicas mais favoráveis; (iii) ocultar a origem ilegal dos lucros

performing acts of terrorism, the Law defines other criminal conduct such as establishing, setting up and providing assistance to the terrorist organization⁸³ and the acts of "receiving, providing, offering, obtaining, keeping, storing, requesting, investing, in any way directly or indirectly, resources, assets, property, rights, assets or services of any kind, for the planning, preparation or execution of the crimes"⁸⁴ provided for in the Law.

Thus, the Law criminalizes both performing direct acts of terrorism, as well as the conduct of those who invest, in any way, directly or indirectly, in the planning, preparation or execution of terrorist acts.

A company could carry out such conduct by, for example: (i) protecting negotiations in countries where terrorist organizations are able to exert considerable influence; (ii) obtaining more favourable economic conditions from suppliers; (iii) concealing the illegal origin of illicit profits generated by the same company.

⁸¹ Artigo 3, da Lei n.º 13.260/16.

⁸² Artigo 6, da Lei n.º 13.260/16.

⁸³ Article 3 of Law No. 13,260/16.

⁸⁴ Article 6 of Law No. 13,260/16.

ilícitos gerados pela mesma companhia.

5.7.1. Áreas de risco:

Com relação ao financiamento ao terrorismo, as seguintes atividades podem ser consideradas de risco:

- vi) Gestão de recursos financeiros e dos fluxos de caixa;
- vii) Vínculos contratuais com fornecedores, parceiros e qualquer outro indivíduo ou companhia para o desenvolvimento de atividades de construção e transmissão;
- viii) Quaisquer aquisições ou alienações realizadas pelo Grupo Terna ou suas controladas.

5.7.2. Princípios de comportamento:

O Grupo Terna condena e não permite, de forma alguma, o uso de recursos da companhia para o financiamento ou execução de qualquer atividade destinada a alcançar os objetivos associados ao financiamento ao terrorismo, bem como o uso indevido de instrumentos e/ou transações financeiras destinadas a esconder a fonte ilícita dos fundos.

5.7.1. Areas of risk:

With regard to financing terrorist crimes, the following activities can be considered as being of risk:

- vi) Management of financial resources and cash flows;
- vii) Contractual relationships with suppliers, partners and any other individual or company for the development of construction and transmission activities;
- viii) Any acquisitions or divestitures made by the Terna Group or its subsidiaries.

5.7.2. Rules of behaviour:

The Terna Group condemns and does not in any way allow the company's resources to be used to finance or perform any activity designed to achieve the objectives associated with terrorist financing, as well as the misuse of instruments and/or financial transactions designed to conceal the illicit source of funds.

Assim, cada companhia do Grupo Terna e seus parceiros terceirizados comprometem-se a implementar todas as atividades de controle preventivo e sucessivo, solicitadas e necessárias para alcançar tal objetivo.

- i) É proibido firmar qualquer acordo contratual com um terceiro que não tenha superado com sucesso o processo de *due diligence*, a não ser com autorização fundamentada de parte de nível hierárquico superior;
- ii) É proibido pagar recibos em branco, seja referente a transações de cobrança, pagamentos, transferência de fundos, ou outros;
- iii) É proibido efetuar ou receber pagamentos de contas bancárias anônimas, localizados em paraísos fiscais ou países “não-cooperativos”;
- iv) É proibido emitir, receber faturas ou liberar documentos de transações inexistentes;
- v) A contabilidade deve ser administrada de forma verídica e correta, com o registro de todas as operações realizadas, com a emissão dos documentos legais correspondentes e, em especial, os funcionários que atuam

Thus, each company of the Terna Group and its third-party partners undertake to implement all the necessary preventive and successive control activities to achieve this goal.

- i) It is forbidden to enter into any contractual arrangement with a third party that has not successfully passed the *due diligence* process, other than with authorisation from a higher level in the hierarchy;
- ii) It is forbidden to pay blank receipts relating to billing transactions, payments, transfer of funds, or others;
- iii) It is forbidden to make or receive payments from anonymous bank accounts located in tax havens or "non-cooperative" countries;
- iv) It is forbidden to issue or receive invoices or release documents for non-existent transactions;
- v) The accounting must be managed in a truthful and correct manner, with records of all operations carried out and issuing the corresponding legal documents and, in particular, employees working in the accounts management

no setor da gestão da contabilidade devem desenvolver suas responsabilidades com rigor e obediências às normas legais;

vi) Os dados e informações utilizados nos relatórios financeiros devem ser precisos e cuidadosamente verificados;

vii) Todos os itens do orçamento, de determinação e quantificação devem ser objetivos e sustentados pela documentação adequada;

viii) Todas as operações devem ser executadas em conformidade com o sistema de autorização adotado;

ix) As faturas e outros documentos relevantes sobre as operações realizadas devem ser cuidadosamente verificadas, registradas e arquivadas;

x) É proibida a adoção de qualquer conduta que impeça ou atrapalhe o controle e a auditoria pelos auditores externos, ocultando documentação ou fazendo uso de outros meios fraudulentos;

xi) É proibido emitir documentos falsos ou falsificados, no todo ou em parte, em qualquer área de atuação, em especial àquelas afetas ao Poder Público;

xii) É proibido omitir informações com a finalidade de se permitir que se obtenha

sector must carry out their responsibilities rigorously and comply with legal standards;

vi) The data and information used in financial reports must be accurate and checked carefully;

vii) All budget, determination and quantification must be objective and supported by the appropriate documentation;

viii) All operations must be carried out in accordance with the adopted authorisation system;

ix) Invoices and other relevant documents about transactions carried out must be carefully checked, recorded and filed;

x) It is forbidden to adopt any behaviour that prevents or hinders the checks and audit by external auditors, conceal documentation or use other fraudulent means;

xi) It is forbidden to issue forged or falsified documents, in whole or in part, in any area of activity, especially those affecting the Public Authorities;

xii) It is forbidden to leave out information in order to facilitate the

vantagem perante Autoridades Públicas e o Poder Público;

xiii) Todas as declarações emitidas às Autoridades Públicas nacionais ou internacionais, deverão conter apenas dados corretos, e deverão ser assinadas por indivíduos autorizados;

xiv) Deve ser mantido um canal de denúncias que atenda a todos os funcionários, inclusive os de campo e aqueles que prestam serviço através de empresas terceirizadas;

xv) Todos os funcionários, terceirizados ou não, deverão ser conscientizados acerca da importância de utilização do canal de denúncias;

xvi) Deve-se atender corretamente, de forma transparente e honesta, às fiscalizações realizadas pelo Poder Público, sempre que possível na companhia de mais um funcionário;

xvii) Deve ser promovido o treinamento regular dos recursos humanos para conscientizar os funcionários do Grupo Terna acerca das práticas de conformidade.

xviii) Todas as transações financeiras realizadas deverão ser totalmente documentadas, com seus devidos comprovantes;

obtaining of advantages from Public Authorities and the Government;

xiii) All statements issued to national or international Public Authorities must contain only accurate information, and must be signed by authorised individuals;

xiv) A reporting channel should be maintained, which serves all employees, including those in the field and those who provide services through contractors;

xv) All employees, contracted or not, should be made aware of the importance of using the reporting channel;

xvi) One must respond correctly, transparently and honestly to the audits carried out by the public authorities, in the presence of another employee whenever possible;

xvii) Regular training of human resources should be promoted to raise awareness of compliance practices among Terna Group employees.

xviii) All financial transactions carried out must be fully documented, with their proper receipts;

xix) Deve-se manter cadastro completo e atualizado de todos os parceiros comerciais terceirizados e empregados do Grupo Terna.

Para implementar os Princípios de Comportamento acima mencionados, cada Sociedade Estrangeira deve:

i) Conduzir uma *due diligence* em potenciais fornecedores e parceiros, ou outras categorias de terceiros, utilizando documentos, dados ou informações obtidas de fontes independentes. O processo de *due diligence* deve ser proporcional ao risco real ou percebido do envolvimento de terceiros em atividades ilícitas. Nesse sentido, as circunstâncias a seguir devem ser consideradas como "*red flag*":

a) O terceiro é uma companhia constituída em um País que, segundo os índices internacionais, como o Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional, é conhecido pela corrupção generalizada, ou é considerado "não-cooperativo" de acordo com a lista negra do GAFI, ou outras listas difundidas por instituições

xix) Full and updated records of all subcontracted business partners and employees of the Terna Group must be maintained.

To implement the above mentioned Principles of Behaviour, each Foreign Company must:

i) Conduct *due diligence* on potential suppliers and partners, or other categories of third parties, using documents, data or information obtained from independent sources. The *due diligence* process must be proportional to the actual or perceived risk of third-party involvement in illegal activities. In this sense, the following circumstances should be considered as a "*red flag*":

a) The third party is a company incorporated in a country which, according to international indices such as the Transparency International Corruption Perceptions Index, is known for widespread corruption, or is considered "non-cooperative" according to the FATF blacklist or other lists disseminated by international institutions that are part of the global fight against money laundering;

internacionais que integram a luta global contra a lavagem de dinheiro;

b) A estrutura da propriedade do terceiro parece incomum ou excessivamente complexa, dada a natureza de seus negócios;

c) O terceiro é ou foi suspenso da participação em licitações ou da assinatura de contratos com companhias estatais/entidades públicas/entidades governamentais em face de inquéritos realizados;

d) O terceiro foi submetido no passado a um processo penal;

e) O terceiro se recusa a respeitar o programa de integridade adotado pela companhia e não adotou qualquer código de conduta ou instrumento de integridade similar;

f) A sede do terceiro é virtual;

g) O terceiro tem um sócio oculto.

ii) Acompanhar todas as atividades de *due diligence* realizadas (por exemplo: cópias, registros de documentos de identidade oficiais, solicitações para identificar o beneficiário final etc.);

b) The structure of the third party's property seems unusual or excessively complex, given the nature of its business;

c) The third party is or has been suspended from participating in tenders or signing contracts with state companies/public entities/government entities on the basis of surveys carried out;

d) The third party has been subjected in the past to criminal proceedings;

e) The third party refuses to comply with the integrity program adopted by the company and has not adopted any code of conduct or similar integrity instrument;

f) The third party's headquarters are virtual;

g) The third party has a silent partner.

ii) Monitor all due diligence activities performed (for example, copies, records of official identity documents, requests to identify the final beneficiary, etc.);

iii) Conservar por pelo menos cinco anos toda a documentação concernente a transações concluídas com terceiros, para as quais tenham sido necessárias atividades de *due diligence* mais aprofundadas;

iv) Adotar medidas para efetuar controles analíticos dos fluxos de caixa e da gestão de contas bancárias;

v) Verificar a validade dos pagamentos, assegurando-se que o recebedor/pagador, dependendo do caso, seja a contraparte real envolvida na transação ou indicada na documentação contratual.

5.8. Crimes de organização criminosa:

A Lei n. 12.850 de 02 de agosto de 2013 define o que é organização criminosa e tipifica condutas que caracterizam a prática desse crime.

De acordo com a Lei, organização criminosa é a *"associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de*

iii) Retain for at least five years all documentation relating to transactions completed with third parties, for which further due diligence activities have been required;

iv) Adopt measures to perform analytical controls of cash flows and management of bank accounts;

v) Check the validity of payments, and ensure that the recipient/payer, depending on the case, is the actual counterpart involved in the transaction or indicated in the contractual documentation.

5.8. Organized crime:

Law No.12,850 of 2 August 2013 defines what constitutes a criminal organization and defines conduct that characterizes the practice of this crime.

According to the Law, a criminal organization is the *"association of 4 (four) or more persons structurally organised and characterised by the division of tasks, even informally, in order to obtain, directly or indirectly, advantage of any kind, by committing criminal offences with maximum penalties greater than 4 (four)*

infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.”⁸⁵

São consideradas criminosas as condutas de promover, constituir, financiar ou integrar organização criminosa⁸⁷, bem como de impedir ou embaraçar investigação que envolva organização criminosa⁸⁸.

Assim, por exemplo, se quatro ou mais pessoas se reúnem em uma estrutura organizada para praticar atos de corrupção, poderão responder tanto pelo crime de corrupção quanto pelo crime de organização criminosa.

5.8.1. Áreas de risco:

Com relação a este crime, as seguintes atividades podem ser consideradas de risco:

- i) Gestão de recursos financeiros e dos fluxos de caixa;
- ii) Relacionamentos com agentes públicos, seja no momento de

years, or that are transnational.”⁸⁶

The conduct of promoting, constituting, financing or joining a criminal organisation⁸⁹, as well as preventing or hindering an investigation involving a criminal organisation, is considered criminal⁹⁰.

So for example, if four or more people gather in a structure organized to commit acts of corruption, they can be liable both with for crime of corruption and the crime of criminal organisation.

5.8.1. Areas of risk:

With regard to this crime, the following activities can be considered as being of risk:

- i) Management of financial resources and cash flows;
- ii) Relationships with public officials, either at the time of inspections, when

⁸⁵ Artigo 1, parágrafo 1, da Lei n.º 12.850/13.

⁸⁶ Article 1, paragraph 1 of Law No. 12,850/13.

⁸⁷ Artigo 2, da Lei n.º 12.850/13.

⁸⁸ Artigo 2, parágrafo 1, da Lei n.º 12.850/13.

⁸⁹ Article 2 of Law No. 12,850/13.

⁹⁰ Article 2, paragraph 1 of Law No.12,850/13.

fiscalizações, de realização de eventuais reuniões, de despachos, de celebração de acordos e termos, no cumprimento de obrigações ou mesmo em encontros casuais;

iii) Vínculos contratuais com fornecedores, parceiros e qualquer outro indivíduo ou companhia para o desenvolvimento de atividades de construção e transmissão;

iv) Trato com outras empresas que atuem no mesmo ramo que o Grupo Terna, seja diretamente ou indiretamente;

v) Participação de processos licitatórios;

vi) Negociação, celebração, execução, fiscalização e renovação de contratos com a Administração Pública.

5.8.2. Princípios de comportamento:

O Grupo Terna condena e não permite, de forma alguma, o uso de recursos da companhia para o financiamento ou execução de qualquer atividade destinada a integrar, participar, estabelecer ou financiar organização criminosa.

Assim, cada companhia do Grupo Terna, e seus parceiros terceirizados,

holding any meetings, placing orders, concluding agreements and agreeing terms, complying with obligations or even during casual encounters;

iii) Contractual relationships with suppliers, partners and any other individual or company for the development of construction and transmission activities;

iv) Dealing, either directly or indirectly, with other companies operating in the same sector as the Terna Group;

v) Participating in tendering processes;

vi) Negotiating, concluding, implementing, monitoring and renewing contracts with the Public Administration.

5.8.2. Rules of behaviour:

The Terna Group condemns and does not in any way allow the use of company resources for the financing or implementation of any activity intended to associate with, participate in, establish or finance a criminal organization.

Thus, each company of the Terna Group and its third-party partners undertake to

comprometem-se a implementar todas as atividades de controle preventivo e sucessivo, solicitadas e necessárias para alcançar tal objetivo.

i) É proibido firmar qualquer acordo contratual com um terceiro que não tenha superado com sucesso o processo de *due diligence*, a não ser com autorização fundamentada de parte de nível hierárquico superior;

ii) É proibido pagar recibos em branco, seja referente a transações de cobrança, pagamentos, transferência de fundos, ou outros;

iii) É proibido efetuar ou receber pagamentos de contas bancárias anônimas, localizadas em paraísos fiscais ou países "não-cooperativos";

iv) É proibido emitir, receber faturas ou liberar documentos de transações inexistentes;

v) A contabilidade deve ser administrada de forma verídica e correta, com o registro de todas as operações realizadas, com a emissão dos documentos legais correspondentes e, em especial, os funcionários que atuam no setor da gestão da contabilidade devem desenvolver suas responsabilidades com rigor e

implement all the preventive and successive control activities that are required and necessary to achieve this goal.

i) It is forbidden to enter into any contractual arrangement with a third party that has not successfully passed the *due diligence* process, other than with authorisation from a higher level in the hierarchy;

ii) It is forbidden to pay blank receipts relating to billing transactions, payments, transfer of funds, or others;

iii) It is forbidden to make or receive payments from anonymous bank accounts, located in tax havens or "non-cooperative" countries;

iv) It is forbidden to issue or receive invoices or release documents for non-existent transactions;

v) The accounting must be managed in a truthful and correct manner, with records of all operations carried out and issuing the corresponding legal documents and, in particular, employees working in the accounts management sector must carry out their responsibilities rigorously and comply with legal standards;

obediências às normas legais;

vi) Os dados e informações utilizados nos relatórios financeiros devem ser precisos e cuidadosamente verificados;

vii) Todos os itens do orçamento, de determinação e quantificação devem ser objetivos e sustentados pela documentação adequada;

viii) Todas as operações devem ser executadas em conformidade com o sistema de autorização adotado;

ix) As faturas e outros documentos relevantes sobre as operações realizadas devem ser cuidadosamente verificadas, registradas e arquivadas;

x) É proibida a adoção de qualquer conduta que impeça ou atrapalhe o controle e a auditoria pelos auditores externos, ocultando documentação ou fazendo uso de outros meios fraudulentos;

xi) É proibido emitir documentos falsos ou falsificados, no todo ou em parte, em qualquer área de atuação, em especial àquelas afetas ao Poder Público;

xii) É proibido omitir informações com a finalidade de se permitir que se obtenha vantagem perante Autoridades Públicas e o Poder Público;

xiii) Todas as declarações emitidas às

vi) The data and information used in financial reports must be accurate and checked carefully;

vii) All budget, determination and quantification must be objective and supported by the appropriate documentation;

viii) All operations must be carried out in accordance with the adopted authorisation system;

ix) Invoices and other relevant documents about transactions carried out must be carefully checked, recorded and filed;

x) It is forbidden to adopt any behaviour that prevents or hinders the checks and audit by external auditors, conceal documentation or use other fraudulent means;

xi) It is forbidden to issue forged or falsified documents, in whole or in part, in any area of activity, especially those affecting the Public Authorities;

xii) It is forbidden to leave out information in order to facilitate the obtaining of advantages from Public Authorities and the Government;

xiii) All statements issued to national or

Autoridades Públicas nacionais ou internacionais, deverão conter apenas dados corretos, e deverão ser assinadas por indivíduos autorizados;

xiv) Deve ser mantido um canal de denúncias que atenda a todos os funcionários, inclusive os de campo e aqueles que prestam serviço através de empresas terceirizadas;

xv) Todos os funcionários, terceirizados ou não, deverão ser conscientizados acerca da importância de utilização do canal de denúncias;

xvi) Deve-se atender corretamente, de forma transparente e honesta, às fiscalizações realizadas pelo Poder Público, sempre que possível na companhia de mais um funcionário;

xvii) Deve ser promovido o treinamento regular dos recursos humanos para conscientizar os funcionários do Grupo Terna acerca das práticas de conformidade;

xviii) Todas as transações financeiras realizadas deverão ser totalmente documentadas, com seus devidos comprovantes;

xix) Deve-se manter cadastro completo e atualizado de todos os parceiros comerciais terceirizados e empregados do Grupo Terna.

international Public Authorities must contain only accurate information, and must be signed by authorised individuals;

xiv) A reporting channel should be maintained, which serves all employees, including those in the field and those who provide services through contractors;

xv) All employees, contracted or not, should be made aware of the importance of using the reporting channel;

xvi) One must respond correctly, transparently and honestly to the audits carried out by the public authorities, in the presence of another employee whenever possible;

xvii) Regular training of human resources should be promoted to raise awareness of compliance practices among Terna Group employees;

xviii) All financial transactions carried out must be fully documented, with their proper receipts;

xix) Full and updated records of all subcontracted business partners and employees of the Terna Group must be maintained.

5.9. Crimes contra a pessoa:

Os crimes contra a pessoa são aqueles delitos que atentam contra a integridade de alguém, seja praticando atos atentatórios à vida, atentatórios à integridade física, atos que coloquem a vida e a saúde em risco ou, ainda, atos que atentem contra a honra e a liberdade.

Dentre os diversos crimes previstos no Código Penal, merecem destaque os crimes de homicídio⁹¹ e de lesão corporal⁹², que podem ser, inclusive, praticados de forma culposa e o crime de exposição da vida ou da saúde de outrem a perigo⁹³.

Além disso, há que se atentar, ainda, à saúde e integridade dos empregados da própria empresa, que devem adotar todas as medidas de segurança necessárias visando mitigar os riscos da atividade.

De outro modo, é importante também que

5.9. Crimes against the person:

Crimes against the person are crimes that violate someone's integrity, whether by acts that are harmful to life, harmful to physical integrity, acts that put life and health at risk or acts that impugn a person's dignity and freedom.

Among the various crimes provided for in the Criminal Code, the following crimes deserve to be highlighted: murder⁹⁴ and bodily injury⁹⁵, which may even be culpably committed, and the crime of exposing the life or health of others to danger⁹⁶.

In addition, attention must also be paid to the health and integrity of the company's own employees, who must adopt all the necessary security measures to mitigate the risks of the activity.

Otherwise, it is also important that

⁹¹ Artigo 121, do Código Penal.

⁹² Artigo 129, do Código Penal.

⁹³ Artigo 132, do Código Penal.

⁹⁴ Article 129 of the Criminal Code.

⁹⁶ Article 132 of the Criminal Code.

os empregados da empresa, bem como seus terceirizados, estejam atentos às normas contidas no código de ética da empresa, com a finalidade de se evitar a prática, por exemplo, de crimes contra a honra de outros funcionários ou de terceiros.

O Código Penal brasileiro elenca três tipos de crimes contra a honra: calúnia⁹⁷, difamação⁹⁸ e injúria⁹⁹. Assim, proferir palavras ofensivas contra alguém, por exemplo, pode configurar a prática do crime de injúria, assim como divulgar fatos que difamem uma pessoa, podem configurar a prática do crime de difamação, e todos esses atos podem macular a imagem da empresa perante terceiros. De forma mais grave, comete calúnia aquele que imputa a alguém um fato que é definido como crime pela lei, sabendo que esse fato é falso.

É importante ressaltar que a injúria preconceituosa, praticada em razão de raça, cor, etnia, religião origem ou em razão da condição de pessoa idosa ou com deficiência física é punida de forma

employees of the company, as well as its contractors, are aware of the standards contained in the company's code of ethics, in order to avoid, for example, committing crimes that impugn the dignity of other employees or third parties.

The Brazilian Criminal Code lists three types of crimes against honour: slander¹⁰⁰, defamation¹⁰¹ and libel¹⁰². Thus, uttering offensive words against someone, for example, can constitute the crime of libel, while disclosing facts that defame a person can constitute the crime of defamation, and all these acts can tarnish the image of the company with third parties. More seriously, slander is committed when someone imputes to someone a fact defined as a crime by law, knowing this fact to be false.

It is important to emphasize that prejudiced slander, because of a person's race, colour, ethnicity, origin, religion or because a person is elderly or with has disabilities is punished more severely.

⁹⁷ Artigo 138, do Código Penal.

⁹⁸ Artigo 139, do Código Penal.

⁹⁹ Artigo 140, do Código Penal.

¹⁰⁰ Article 138 of the Criminal Code.

¹⁰¹ Article 139 of the Criminal Code.

¹⁰² Article 140 of the Criminal Code.

mais grave.

Há que se destacar, ainda, o crime de violação de segredo profissional¹⁰³, que diz respeito à conduta de quem revela, sem justa causa, segredo que tem ciência em razão de função e cuja revelação possa produzir dano a outrem.

Cumprido, ainda, neste tópico, dar destaque ao crime de assédio sexual¹⁰⁵, que está inserido no capítulo dos crimes contra a liberdade sexual, que ocorre quando uma pessoa, prevalecendo-se da sua condição de superior hierárquico ou ascendência de cargos e funções, constrange alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual.

Deste modo, os empregados e terceirizados, especialmente os que ocupam cargos de alta posição hierárquica, devem ficar atentos no trato com seus funcionários, mantendo sempre uma relação de respeito, cordialidade e profissionalismo.

The crime of breaching professional secrecy¹⁰⁴ must be highlighted. This refers to the conduct of those who disclose, without just cause, a secret that they gain knowledge of by virtue of their function and whose disclosure may cause harm to others.

It is also necessary to highlight the crime of sexual harassment¹⁰⁶, which is inserted into the chapter of crimes against sexual freedom. This is when a person, due to their superior position in the hierarchy or more senior position and function, forces someone in order to obtain sexual advantage or sexual favours.

Thus, employees and contractors, especially those in high ranking positions, must be vigilant in their dealings with their employees, and always maintain a respect, cordial and professional relationship.

¹⁰³ Artigo 154, do Código Penal.

¹⁰⁴ Article 154 of the Criminal Code.

¹⁰⁵ Artigo 216-A, do Código Penal.

¹⁰⁶ Article 216-A of the Criminal Code.

5.9.1. Áreas de risco:

Com relação a esses tipos de crime, as seguintes atividades podem ser consideradas de risco:

- i) Trato entre funcionários e entre superiores hierárquicos e funcionários, incluindo os terceirizados;
- ii) Setor de fiscalização de atividades desenvolvidas por terceirizados;
- iii) Setor de recursos humanos, que deve orientar e fiscalizar constantemente as relações humanas no trabalho;
- iv) Setor de fiscalização da manutenção das torres de energia e distribuição.

5.9.2. Princípios de comportamento:

- i) Todos os funcionários do Grupo Terna e das suas respectivas empresas terceirizadas deverão respeitar rigorosamente os ditames do código de ética;
- ii) Todos os funcionários do Grupo Terna e das suas respectivas empresas terceirizadas deverão dispensar aos demais tratamento cordial, respeitoso e profissional;

5.9.1. Areas of risk:

With regard to these types of crime, the following activities can be considered as being of risk:

- i) Dealings between employees and between superiors and employees, including contractors;
- ii) The sector that supervises the activities carried out by contractors;
- iii) The human resources sector, which should guide and continually monitor human relationships at work;
- iv) The sector that inspects the maintenance of energy towers and distribution.

5.9.2. Rules of behaviour:

- i) All employees of the Terna Group and its respective contractors must strictly comply with the dictates of the code of ethics;
- ii) All employees of the Terna Group and its respective contractors must treat others with respect, cordiality and professionalism;

iii) O setor de recursos humanos deve dispensar acompanhamento periódico dos funcionários;

iv) Os setores responsáveis devem efetuar fiscalizações rigorosas do material empregado nas atividades do Grupo Terna, bem como da atividade em si;

v) Os terceiros à empresa devem ser tratados com respeito, cordialidade e profissionalismo;

vi) Deve ser mantido um canal de denúncias que atenda a todos os funcionários, inclusive os de campo e aqueles que prestam serviço através de empresas terceirizadas;

vii) Todos os funcionários, terceirizados ou não, deverão ser conscientizados acerca da importância de utilização do canal de denúncias;

viii) Deve ser promovido o treinamento regular dos recursos humanos para conscientizar os funcionários do Grupo Terna acerca das práticas de conformidade.

5.10. Crimes contra a organização do trabalho:

Os crimes contra a organização do trabalho estão previstos no Código Penal,

iii) The human resources sector must perform periodic monitoring of employees;

iv) The sectors responsible must perform rigorous inspections of the material used in the activities of the Terna Group, as well as the activity itself;

v) Company contractors must be treated with respect, cordiality and professionalism;

vi) A reporting channel should be maintained, which serves all employees, including those in the field and those who provide services through contractors;

vii) All employees, contracted or not, should be made aware of the importance of using the reporting channel;

viii) Regular training of human resources should be promoted to raise awareness of compliance practices among Terna Group employees.

5.10. Crimes against the organisation of work:

Crimes against the organisation of work are provided for in the Criminal Code, and

e se referem às condutas que atentam contra a liberdade de pessoas no âmbito do trabalho.

Assim, é considerado crime, por exemplo, constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a exercer ou não exercer arte, ofício, profissão ou indústria, ou a trabalhar ou não trabalhar durante certo período ou em determinados dias¹⁰⁷.

É crime, ainda, o aliciamento de trabalhadores com a intenção de levá-los para o exterior mediante o emprego de fraude¹⁰⁹.

Ademais, o Código Penal também criminaliza a conduta daquele que reduz alguém à condição análoga à de escravo submetendo-o a trabalhos forçados ou jornada exaustiva, ou sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, ou, ainda, restringindo a sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto.

Cabe ressaltar que também responderá pelo crime aquele que cercear o uso de

refer to behaviours violating the people's freedom in the work environment.

Thus, it is considered a crime, for example, to force someone, by using violence or serious threats to exercise or not exercise a trade, occupation, profession or industry, or to work or not to work for a certain period or on certain days¹⁰⁸.

It is also a crime to entice workers with the intention of taking them abroad by means of fraudulent work opportunities¹¹⁰.

Furthermore, the Criminal Code also criminalizes the conduct of a person who subjects someone to a condition analogous to that of slavery by demanding forced labour or exhaustive working days, or subjecting them to degrading working conditions, or restricting their mobility by means of a debt contracted with the employer or agent.

It is worth noting that also liable for this crime is someone who curtails the

¹⁰⁷ Artigo 197, I, do Código Penal.

¹⁰⁸ Article 197 (I) of the Criminal Code.

¹⁰⁹ Artigo 206, do Código Penal.

¹¹⁰ Article 206 of the Criminal Code.

qualquer meio de transporte pelo trabalhador, com a finalidade de retê-lo no local de trabalho, ou aquele que mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, também com o objetivo de retê-lo no trabalho.

Esses crimes podem ser praticados por diversas razões, tais como a vontade de se empregar mão-de-obra barata ou mão-de-obra escrava, que não se oponha a ordens.

5.10.1. Áreas de risco:

Com relação a esses tipos de crime, as seguintes atividades podem ser consideradas de risco:

- i) Seleção e recrutamento de pessoal;
- ii) Trato entre funcionários e entre superiores hierárquicos e funcionários, incluindo os terceirizados;
- iii) Setor de fiscalização de atividades desenvolvidas por terceirizados;
- iv) Setor de recursos humanos, que deve orientar e fiscalizar constantemente

worker's use of any means of transport in order to keep them at the place of work, or someone who maintains overt surveillance at the place of work or takes possession of documents or personal objects of the worker, also with the aim of keeping them at work.

These crimes may be committed for various reasons, such as the wish to employ cheap labour or slave labour, who do not object to orders.

5.10.1. Areas of risk:

With regard to these types of crime, the following activities can be considered as being of risk:

- i) Selection and recruitment of staff;
- ii) Dealings between employees and between superiors and employees, including contractors;
- iii) The sector that supervises the activities carried out by contractors;
- iv) The human resources sector, which should guide and continually

as relações humanas no trabalho;

v) Estipulação de contratos com fornecedores que utilizam pessoal não qualificado;

vi) Participação em parcerias com fornecedores locais em Países onde os direitos individuais não são totalmente protegidos pela legislação.

monitor human relationships at work;

v) Establishing contracts with suppliers who use unskilled staff;

vi) Participation in partnerships with local suppliers in countries where individual rights are not fully protected by law.

5.10.2. Princípios de comportamento:

i) Todos os funcionários do Grupo Terna e das suas respectivas empresas terceirizadas deverão respeitar rigorosamente os ditames do código de ética;

ii) Todos os funcionários do Grupo Terna e das suas respectivas empresas terceirizadas deverão dispensar aos demais tratamento cordial, respeitoso e profissional;

iii) O setor de recursos humanos deve dispensar acompanhamento periódico dos funcionários;

iv) Os setores responsáveis devem efetuar fiscalizações rigorosas das atividades exercidas pelos funcionários;

v) Deve, sempre, ser verificada a confiabilidade de terceiros, especialmente daqueles que prestam serviços que não são técnicos, durante o

5.10.2. Rules of behaviour:

i) All employees of the Terna Group and its respective contractors must strictly comply with the dictates of the code of ethics;

ii) All employees of the Terna Group and its respective contractors must treat others with respect, cordiality and professionalism;

iii) The human resources sector must perform periodic monitoring of employees;

iv) The sectors responsible must carry out rigorous inspections of the activities carried out by employees;

v) The reliability of third parties, especially those who provide services that are not technical, should always be verified during the recruitment process;

processo de seleção;

vi) Os fornecedores e subcontratados devem respeitar a legislação local ou internacional aplicável (como as convenções da Organização Internacional do Trabalho – OIT – sobre a idade mínima de trabalho e sobre as formas de trabalho infantil) em relação ao tema do trabalho forçado e das condições sanitárias do local de trabalho;

vii) Deve-se estabelecer nos contratos com os terceiros as penalidades em caso de descumprimento, pelo fornecedor ou pelo seu subcontratante, de qualquer legislação, seja ela internacional ou local, aplicável sobre o tema em questão;

viii) Deve ser mantido um canal de denúncias que atenda a todos os funcionários, inclusive os de campo e aqueles que prestam serviço através de empresas terceirizadas;

ix) Todos os funcionários, terceirizados ou não, deverão ser conscientizados acerca da importância de utilização do canal de denúncias por todos os envolvidos nas atividades do Grupo Terna;

x) Deve ser promovido o treinamento regular dos recursos humanos para conscientizar os

vi) Suppliers and subcontractors must comply with the applicable local or international legislation (such as international labour organisation (ILO) conventions on the minimum working age and on forms of child labour) in relation to the issue of forced labour and sanitary conditions in the workplace;

vii) Contracts with third parties should establish penalties for the event of non-compliance by the supplier or its subcontractor with any legislation, whether international or local, applicable to the subject in question;

viii) A reporting channel should be maintained, which serves all employees, including those in the field and those who provide services through contractors;

ix) All employees, outsourced or not, must be made aware that it is important that everyone involved in the activities of the Terna Group should use the reporting channel;

x) Regular training of human resources should be promoted to raise awareness of compliance practices

funcionários do Grupo Terna acerca das práticas de conformidade.

5.11. Crimes relacionados à saúde e à segurança no trabalho:

A exigência de cumprimento das normas de saúde e segurança visa proteger o trabalhador e prevenir acidentes e a contração de doenças.

Neste sentido, a Lei n.º 8.213 de 24 de julho de 1.991 prevê, no artigo 19, parágrafo segundo, que a empresa que deixar de cumprir as normas de segurança e higiene no trabalho praticará contravenção penal, passível de pena de multa.

A mesma lei dispõe que a empresa é responsável pela adoção e pelo uso das medidas coletivas e individuais de proteção e segurança da saúde do trabalhador¹¹¹.

Desse modo, praticará esse tipo de contravenção penal a empresa que violar a legislação sobre saúde e segurança através das seguintes condutas, por exemplo:

¹¹¹ Artigo 19, parágrafo 1º, da Lei n.º 8.213/91.

among Terna Group employees.

5.11. Crimes related to health and safety at work:

The requirement to comply with health and safety standards is intended to protect workers and prevent accidents and the contraction of diseases.

In this respect, Law No. 8,213 of 24 July 1991 provides, in Article 19, second paragraph, that a company that fails to comply with safety and hygiene standards in the workplace commits a criminal misdemeanour, which is punishable by a fine.

The same law stipulates that the company is responsible for adopting and using collective and individual measures for the protection and safety of workers' health¹¹².

In this way, a company that violates health and safety legislation with the following conduct commits this type of criminal misdemeanour, for example:

¹¹² Article 19, paragraph 1, Law No.8,213/91.

- i) Deixar de fornecer luvas e máscaras de proteção aos trabalhadores, cujas funções envolvam contato com materiais perigosos;
- ii) Deixar de equipar a área de trabalho com um kit de primeiros socorros;
- iii) Obrigar que os trabalhadores utilizem maquinário perigoso, sem a correta instrução sobre o uso seguro;
- iv) Não incentivar a visita periódica dos trabalhadores a um médico especialista, a fim de monitorar sua saúde e sua aptidão psíquica e física exigidas nas tarefas pelas quais são responsáveis.

Tais condutas podem ter origem em uma série de motivos, tais como a redução de custos, já que a adoção das medidas requeridas, muitas vezes, acarreta despesas adicionais para uma companhia e aumento da produtividade, visto que o trabalho sem procedimentos e políticas de precaução poderia acelerar os processos de trabalho.

Cumprido ressaltar, no entanto, que o Grupo Terna proíbe terminantemente de qualquer uma dessas condutas.

- i) Failing to provide gloves and protective masks for workers whose duties involve coming into contact with hazardous materials;
- ii) Failing to equip the workspace with a first aid kit;
- iii) Requiring workers to use dangerous machinery, without proper instructions about safe use;
- iv) Not encouraging workers to regularly see a medical specialist to monitor their health and the mental and physical fitness required to perform the tasks for which they are responsible.

Such behaviour may be due to a number of reasons, such as cost reductions, as adopting the required measures often entails additional costs for a company and in terms of increasing productivity, as working without procedures and precautionary policies may speed up work processes.

It should be noted, however, that the Terna Group strictly prohibits any of these behaviours.

5.11.2. Áreas de risco:

Com relação a esses tipos de crime, as seguintes atividades podem ser consideradas de risco:

- i) Setor de fiscalização de atividades desenvolvidas por empregados e por terceirizados;
- ii) Estipulação de contratos com fornecedores que utilizam pessoal não qualificado;
- iii) Participação em parcerias com fornecedores locais em Países onde os direitos individuais não são totalmente protegidos pela legislação;
- iv) Cumprimento das normas e regras relativas à saúde e segurança no trabalho;
- v) A execução das atividades de construção e de transmissão de energia.

5.11.3. Princípios de comportamento:

Independentemente da abrangência da legislação local sobre saúde e segurança no local de trabalho, o Grupo Terna deve promover uma cultura de respeito à segurança, conscientizando todos os

5.11.2. Areas of risk:

With regard to these types of crime, the following activities can be considered as being of risk:

- i) The sector that inspects the activities carried out by employees and contractors;
- ii) Establishing contracts with suppliers who use unskilled staff;
- iii) Participation in partnerships with local suppliers in countries where the rights of individuals are not fully protected by law;
- iv) Compliance with standards and rules relating to health and safety at work;
- v) The implementation of construction and energy transmission activities.

5.11.3. Rules of behaviour:

Regardless of the scope of the local legislation on health and safety at work, the Terna Group must promote a culture of respect for safety, and raise the awareness of all employees of the risks

funcionários sobre os riscos e as responsabilidades das condutas de cada profissional.

A empresa deve considerar a segurança dos trabalhadores em cada fase do trabalho e se comprometer a adotar as medidas necessárias para proteger a integridade física e moral de seus trabalhadores.

i) Todos os funcionários do Grupo Terna e das suas respectivas empresas terceirizadas deverão respeitar rigorosamente as normas e regras relativas à saúde e segurança no trabalho, devendo ser priorizado o cumprimento de tais normativas;

ii) Devem ser avaliados, na medida do possível e do permitido pela evolução das boas práticas, os riscos para os trabalhadores, a fim de protegê-los, inclusive adotando os materiais e equipamentos mais adequados para reduzir o risco ao máximo;

iii) Devem ser avaliados os riscos que não podem ser evitados, devendo-se adotar todas as medidas de segurança individual e coletiva para reduzi-los;

iv) Devem ser difundidas informações atualizadas sobre saúde e

and responsibilities of the behaviours of every professional.

The company should consider the safety of workers during each phase of work and be committed to adopting the necessary measures to protect the physical and moral integrity of its workers.

i) All employees of the Terna Group and their respective subcontractors should strictly comply with the rules and regulations relating to health and safety at work, and compliance with such regulations must be prioritized;

ii) The risks for workers should be assessed, insofar as is possible and permitted by the evolution of good practice, in order to protect them. This includes adopting the most appropriate materials and equipment to minimise the risk to the maximum;

iii) Risks that cannot be avoided should be assessed and all individual and collective safety measures should be taken to minimise them;

iv) Up-to-date information on health and safety in the workplace should be

segurança no local de trabalho, sobretudo no que diz respeito às tarefas exercidas, garantindo-se que os trabalhadores recebam as instruções de forma correta;

v) Deve-se garantir que os trabalhadores sejam periodicamente envolvidos em questões relacionadas à saúde e à segurança no local de trabalho;

vi) Deve-se assegurar que os planos de incentivo à gestão sejam adotados de forma a garantir que os objetivos definidos não resultem em comportamentos abusivos e se concentrem, ao contrário, em resultados bem determinados e mensuráveis;

vii) Deve-se considerar e analisar qualquer episódio de desrespeito à legislação ou área de melhoria, surgido posteriormente à atividade laboral ou durante as inspeções;

viii) Deve-se estruturar a organização da atividade laboral para proteger a integridade dos trabalhadores, de terceiros e da comunidade na qual a empresa opera;

ix) Deve ser mantido um canal de denúncias que atenda a todos os funcionários, inclusive os de campo e aqueles que prestam serviço através de empresas terceirizadas;

disseminated, especially with regard to the tasks performed, and it should be ensured that workers receive the instructions in the correct form;

v) It should be ensured that workers are regularly involved in issues related to health and safety in the workplace;

vi) It should be ensured that management incentive plans are adopted to ensure that the defined objectives do not result in abusive behaviour and to focus instead on clearly defined and measurable outcomes;

vii) Any incident of a failure to comply with the legislation or area needing improvement, which has arisen after work or during inspections, should be considered and analysed;

viii) The organisation of the work activity should be structured to protect the integrity of workers, third parties and the community in which the company operates;

ix) A reporting channel should be maintained, which serves all employees, including those in the field and those who provide services through contractors;

x) Todos os funcionários, terceirizados ou não, deverão ser conscientizados acerca da importância de utilização do canal de denúncias;

xi) Deve ser promovido o treinamento regular dos recursos humanos para conscientizar os funcionários do Grupo Terna acerca das práticas de conformidade.

Com o objetivo de se manter um monitoramento adequado das áreas de risco, cada empresa deve reservar recursos organizacionais, instrumentais e econômicos para assegurar, por um lado, o cumprimento integral das disposições legais sobre a preservação de acidentes no local de trabalho, e por outro, a melhoria contínua da saúde e segurança no local de trabalho, inclusive por meio da implementação e atualização das medidas de precaução.

Os Dirigentes da empresa devem cooperar para garantir o total respeito das disposições legais, dos procedimentos da companhia e de qualquer outra legislação interna destinada a proteger a segurança e a saúde dos trabalhadores no local de trabalho.

x) All employees, contracted or not, should be made aware of the importance of using the reporting channel;

xi) Regular training of human resources should be promoted to raise awareness of compliance practices among Terna Group employees.

In order to maintain adequate monitoring of risk areas, each company must set aside organizational, instrumental and economic resources to ensure, on the one hand, full compliance with the legal provisions on protection against accidents in the workplace, and on the other hand, continuous improvement of health and safety in the workplace, including implementing and updating precautionary measures.

Company Directors must work together to ensure full compliance with the legal requirements, company procedures and any other domestic legislation designed to protect the health and safety of workers in the workplace.

5.12. Crimes ambientais:

Os crimes ambientais estão previstos na Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1.998, que prevê além de sanções penais, sanções administrativas às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Os delitos estão tipificados nos artigos 29 a 69-A da mencionada Lei e se subdividem, entre outros, em crimes contra a fauna, contra a flora, de poluição, contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural, contra a administração ambiental.

Assim, a lei brasileira considera crime, por exemplo, a prática de abuso ou maus tratos contra animal¹¹³, bem como a destruição de floresta considerada de preservação permanente, mesmo que ainda em formação¹¹⁴.

Constituem, ainda, crimes ambientais, os atos de quem, por exemplo¹¹⁷:

¹¹³ Artigo 29, da Lei n.º 9.605/98.

¹¹⁴ Artigo 38, da Lei n.º 9.605/98.

¹¹⁵ Article 29 of Law No. 9,605/98.

¹¹⁶ Article 38 of Law No. 9,605/98.

5.12. Environmental crimes:

Environmental crimes are provided for in Law No. 9,605 of 12 February 1998, which, in addition to criminal sanctions, prescribes administrative sanctions for conduct and activities that are harmful to the environment.

The offences are defined in Articles 29 to 69-A of the aforementioned Law and are subdivided, among others, into crimes against fauna and flora, pollution, crimes against urban planning and the cultural heritage, and crimes against environmental stewardship.

Thus, Brazilian law considers as a crime, for example, the practice of abuse or mistreatment of animals¹¹⁵, as well as the destruction of forest designated as an area of permanent preservation, even if it is still in the growing phase¹¹⁶.

Also constituting environmental crimes are acts by those who, for example¹¹⁸:

¹¹⁷ Rol meramente exemplificativo, e não exaustivo, uma vez que a Lei prevê diversos outros crimes ambientais.

¹¹⁸ This list is illustrative rather than exhaustive, as the Law provides for several other environmental crimes.

- i) Destroi ou danifica vegetação primária ou secundária, em estágio avançado ou médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção, ainda que de forma culposa¹¹⁹;
- ii) Corta árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente¹²¹;
- iii) Provoca incêndio em mata ou floresta, ainda que culposamente¹²³;
- iv) Extrai de florestas de domínio público ou consideradas de preservação permanente, sem prévia autorização, pedra, areia, cal ou qualquer espécie de minerais¹²⁵;
- v) Causa poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora, ainda que culposamente¹²⁷;
- vi) Polui o meio ambiente, lançando resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas,

- i) Destroy or damage primary or secondary vegetation, in an advanced or medium stage of regeneration, of the Atlantic Forest Biome, or uses it in violation of protection standards, even without intent¹²⁰;
- ii) Cut down trees in forest designated as an area of permanent preservation, without permission from the competent authority¹²²;
- iii) Start a fire in the woods or a forest, even without intent¹²⁴;
- iv) Extract stone, sand, lime or any type of mineral from forests in the public domain or those designated as an area of permanent preservation, without prior authorisation¹²⁶;
- v) Cause pollution of any kind, at levels such that it will or may damage human health, or lead to the death of animals or significant destruction of the biodiversity, even without intent¹²⁸;
- vi) Pollute the environment by releasing solid, liquid or gaseous waste, or debris, oils or oily substances, contrary

¹¹⁹ Artigo 38-A, da Lei n.º 9.605/98.

¹²⁰ Article 38-A of Law No. 9,605/98.

¹²¹ Artigo 39, da Lei n.º 9.605/98.

¹²² Article 39 of Law No. 9,605/98.

¹²³ Artigo 41, da Lei n.º 9.605/98.

¹²⁴ Article 41 of Law No. 9,605/98.

¹²⁵ Artigo 44, da Lei n.º 9.605/98.

¹²⁶ Article 44 of Law No. 9,605/98.

¹²⁷ Artigo 54, da Lei n.º 9.605/98.

¹²⁸ Article 54 of Law No. 9,605/98.

em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos¹²⁹;

vii) Deixa de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível¹³¹;

viii) Constrói, reforma, amplia, instala ou faz funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes¹³³

ix) Obsta ou dificulta a ação fiscalizadora do Poder Público no trato de questões ambientais¹³⁵;

x) Elabora ou apresenta, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão, ainda que culposamente¹³⁷.

to the requirements laid down in laws or regulations¹³⁰;

vii) Fail to adopt, when required to do so by the competent authority, precautionary measures in the event of the risk of serious or irreversible environmental damage¹³²;

viii) Build, renovate, extend, install or operate facilities, works or services that are potentially polluting, without any licence or authorization from the relevant environmental agencies, or in contravention with the applicable legal provisions and regulations¹³⁴

ix) Prevent or hinder the inspection activities of the Public Authorities when dealing with environmental issues¹³⁶;

x) Prepare or submit a study or environmental report that is completely or partially false or misleading, including any omissions, in the permit, forestry concession or any other administrative procedure, even without intent¹³⁸.

¹²⁹ Artigo 54, parágrafo 3º, da Lei n.º 9.605/98.

¹³⁰ Article 54, paragraph 3, Law No.9,605/98.

¹³¹ Artigo 54, parágrafo 2º, inciso V, da Lei n.º 9.605/98.

¹³² Article 54, paragraph 2 (5), Law No.9,605/98.

¹³³ Artigo 60, da Lei n.º 9.605/98.

¹³⁴ Article 60 of Law No. 9,605/98.

¹³⁵ Artigo 69, da Lei n.º 9.605/98.

¹³⁶ Article 69 of Law No. 9,605/98.

¹³⁷ Artigo 69-A, da Lei n.º 9.605/98.

¹³⁸ Article 69-A of Law No. 9,605/98.

Cumprido ressaltar que, em regra, o direito brasileiro somente admite a responsabilização criminal de pessoas físicas. No entanto, a Constituição da República de 1988 previu uma exceção a essa regra no artigo 225, parágrafo 3º¹³⁹, permitindo que pessoas jurídicas também respondam por atos criminosos praticados contra o meio ambiente. Deste modo, tanto a pessoa física quanto a jurídica poderá responder criminalmente por delitos praticados contra o meio ambiente.

Tais condutas podem ter origem em uma série de motivos, dentre os quais, a título de exemplo:

- redução de custos visando evitar despesas adicionais;
- aumento da produtividade, visando o desenvolvimento da atividade sem o cuidado ao meio ambiente para acelerar os processos de trabalho.

No entanto, deve-se observar rigorosamente as normas e regras de

¹³⁹ “§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.”

It should be noted that, as a rule, Brazilian law only admits the criminal liability of individuals. However, the Constitution of the Republic of 1988 provided for an exception to this rule in Article 225, paragraph 3º¹⁴⁰, and allows legal entities to also be liable for criminal acts committed against the environment. Thus, both individuals and legal entities can be held criminally liable for crimes against the environment.

Such conduct may be due to a number of reasons, including, for example:

- reducing costs in order to avoid additional expenses;
- increasing productivity, in order to develop the activity without taking care of the environment in order to speed up work processes.

However, the rules and standards of environmental law should be strictly

¹⁴⁰ “Paragraph 3 - Conduct and activities considered harmful to the environment shall subject the offenders, whether they are individuals or legal entities, to criminal and administrative sanctions, without prejudice to the obligation to repair the damage caused.”

direito ambiental, de modo que todos os funcionários tenham consciência de seus papéis na implementação de políticas que propiciem o planejamento e a execução do trabalho em conformidade com a legislação brasileira.

5.12.1. Áreas de risco:

Com relação a esses crimes, as seguintes atividades podem ser consideradas de risco:

- i) Setor de fiscalização de atividades desenvolvidas por empregados e por terceirizados;
- ii) Cumprimento das normas e regras relativas ao meio ambiente, tanto durante a projeção, construção, execução e gestão de infraestruturas quanto na manutenção;
- iii) Seleção de terceiros para o desenvolvimento de tarefas específicas que possam ter impacto sobre o meio ambiente, como, por exemplo, o gerenciamento e descarte de resíduos;
- iv) A execução das atividades de transmissão de energia.

5.12.2. Princípios de comportamento:

observed, so that all employees are aware of their roles in implementing policies to facilitate the planning and implementation of work in accordance with Brazilian law.

5.12.1. Areas of risk:

With regard to these crimes, the following activities can be considered as being of risk:

- i) The sector that inspects the activities carried out by employees and contractors;
- ii) Compliance with environmental standards and rules, both during the planning, construction, implementation and management of infrastructure and during maintenance;
- iii) Recruitment of third parties to develop specific tasks that may have an impact on the environment, such as waste management and disposal;
- iv) The implementation of energy transmission activities.

5.12.2. Rules of behaviour:

São prioridades de todas as empresas a proteção, preservação e o respeito ao meio ambiente, bem como o cumprimento da legislação ambiental, e, em especial, a observância dos seguintes princípios:

- i) Todos os funcionários do Grupo Terna e das suas respectivas empresas terceirizadas deverão respeitar rigorosamente as normas e regras relativas à proteção e preservação do meio ambiente;
- ii) Devem ser disseminadas na empresa informações sobre a proteção do meio ambiente, promovendo-se a conscientização sobre esse tema e assegurando o desenvolvimento das atividades com o respeito à legislação;
- iii) Deve-se assegurar que os planos de incentivo à gestão sejam adotados de forma a garantir que os objetivos definidos não resultem no descumprimento de normas ambientais, nem em comportamentos abusivos;
- iv) Devem ser adotados instrumentos adequados para se impedir que as atividades das empresas causem qualquer prejuízo ou dano ao ecossistema;
- v) Devem ser previstas penalidades

Priorities for all companies are the protection, preservation and respect for the environment, as well as compliance with environmental legislation, and, in particular, observance of the following principles:

- i) All employees of the Terna Group and its respective subcontractors must strictly comply with the rules and regulations relating to the protection and preservation of the environment;
- ii) Information on the protection of the environment should be disseminated within the company, to promote awareness of this issue and ensure activities with respect to legislation are developed;
- iii) It must be ensured that management incentive plans are adopted to guarantee that the objectives defined do not lead to non-compliance with environmental standards or to abusive conduct;
- iv) Appropriate instruments should be adopted to prevent the activities of the companies causing any harm or damage to the ecosystem;
- v) Specific penalties must be

específicas, nos contratos firmados com terceiros, para o caso de violação, por um fornecedor ou subcontratado, de qualquer legislação, seja internacional ou local, sobre o meio ambiente;

vi) Deve ser mantido um canal de denúncias que atenda a todos os funcionários, inclusive os de campo e aqueles que prestam serviço através de empresas terceirizadas;

vii) Todos os funcionários, terceirizados ou não, deverão ser conscientizados acerca da importância de utilização do canal de denúncias;

viii) Deve ser promovido o treinamento regular dos recursos humanos para conscientizar os funcionários do Grupo Terna acerca das práticas de conformidade.

5.13. Crimes cibernéticos:

Crimes cibernéticos são todos aqueles crimes praticados por meio de um computador ou da internet.

Diversos crimes previstos na legislação brasileira podem ser considerados "crimes cibernéticos" quando praticados na internet, tais como os delitos de difamação e injúria, previstos nos artigos

provided for in contracts entered into with third parties for cases where a supplier or subcontractor violates any international or local environmental legislation;

vi) A reporting channel should be maintained, which serves all employees, including those in the field and those who provide services through contractors;

vii) All employees, contracted or not, should be made aware of the importance of using the reporting channel;

viii) Regular training of human resources should be promoted to raise awareness of compliance practices among Terna Group employees.

5.13. Cybercrime:

Cybercrime refers to crimes committed by means of a computer or the internet.

Various crimes under Brazilian law can be considered as "cybercrime" when they are committed on the Internet, such as defamation and libel, provided for in Articles 139 and 140 of the Criminal Code.

139 e 140, do Código Penal.

Merece destaque, no entanto, o crime de invasão de dispositivo informático, previsto no artigo 154-A, do Código Penal, que penaliza a conduta daquele que invade dispositivo informático alheio, conectado ou não à rede de computadores, mediante violação indevida de mecanismo de segurança, com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo, ou para instalar vulnerabilidades visando obter vantagem ilícita.

Assim, podem configurar crime cibernético, por exemplo, os atos de quem:

- i) instala um software pirata no instrumento de trabalho;
- ii) invade o sistema de uma companhia concorrente por meio de um hacker;
- iii) introduz um vírus no sistema de um concorrente;
- iv) invade o sistema de um concorrente para ter sempre à disposição o seu conteúdo.

It is worth mentioning, however, that the crime of intrusion into a computing device, provided for in Article 154-A of the Criminal Code, which penalizes the conduct of someone who invades someone else's computing device, whether it is connected or not to the computer network, by means of an unauthorized breach of the security mechanism, in order to obtain, tamper with or destroy data or information without the express or tacit authorisation of the device holder, or to install vulnerabilities in order to obtain unlawful advantage.

Cybercrime can therefore be constituted, for example, by the acts of someone who:

- i) installs pirated software on the work tool;
- ii) invades the system of a competing company by means of a hacker;
- iii) introduces a virus into a competitor's system;
- iv) invades a competitor's system in order to always have its content available.

Os Crimes Cibernéticos podem derivar de uma série de motivos, dentre os quais, por exemplo:

- objetivar ter acesso a um segredo empresarial de um concorrente;
- visar a ter acesso a informações confidenciais sobre as estratégias de mercado de companhias concorrentes para pôr em risco ou danificar o sistema de uma companhia concorrente.

Cumprido ressaltar, no entanto, que o Grupo Terna proíbe terminantemente de qualquer uma dessas condutas.

5.13.1. Áreas de risco:

A respeito desse tipo de crime, as seguintes atividades podem ser consideradas de risco:

- i) Qualquer atividade da companhia realizada com o uso da intranet, da internet, de e-mail, ou outra ferramenta;
- ii) O gerenciamento e a proteção de estações de trabalho, laptops, telefones celulares e unidades de armazenamento;
- iii) A programação das medidas a serem adotadas nos sistemas

Cybercrime may be due to a number of reasons, including:

- to have access to a business secret of a competitor;
- to have access to confidential information about the market strategies of competitors in order to endanger or damage the competitor's system.

It should be noted, however, that the Terna Group strictly prohibits any of these behaviours.

5.13.1. Areas of risk:

With regard to this type of crime, the following activities can be considered as being of risk:

- i) Any company activity carried out using the intranet, internet, email, or other tool;
- ii) Managing and protecting workstations, laptops, mobile phones and storage units;
- iii) Programming the measures to be adopted in computerised systems, as well

informatizados, assim como a proteção, a classificação e o tratamento das informações e dos dados.

5.13.2. Princípios de comportamento:

É proibida a adoção das condutas listadas abaixo, de modo que cada empresa deva garantir e promover o uso responsável e regular de computadores e da rede de internet, seja por meio de medidas organizacionais adequadas, seja medidas técnicas e físicas.

É proibido, portanto:

- i) O acesso ilegal de terceiros ao sistema;
- ii) O uso inapropriado dos dados de acesso;
- iii) O compartilhamento não autorizado de informações comerciais fora da empresa, além do uso de dispositivos pessoais ou não autorizados para transmitir ou armazenar informações ou dados da empresa;
- iv) A manipulação ou a alteração do sistema da empresa;
- v) O aproveitamento de falhas nas medidas de segurança do sistema da companhia para acessar informações

as the protection, classification and processing of information and data.

5.13.2. Rules of behaviour:

It is forbidden to adopt the behaviours listed below. Each company must therefore ensure and promote responsible and regular use of the computer and internet network, either by means of appropriate organizational measures, whether technical and physical measures.

Forbidden, therefore, is:

- i) Illegal access by third parties to the system;
- ii) Inappropriate use of access data;
- iii) Unauthorized sharing of business information outside the company, and the use of personal or unauthorized devices to transmit or store company information or data;
- iv) Manipulation or modification of the company system;
- v) The use of gaps in the security measures of the company's system to access information without proper

sem a devida autorização;

vi) A instalação de softwares ou bancos de dados sem a devida autorização;

vii) O uso de softwares não autorizados ou de hardwares cujo uso pode comprometer a segurança dos sistemas (como, por exemplo, software para identificar dados de acesso, para descriptografar arquivos criptografados etc.).

Com o objetivo de identificar comportamentos incomuns, bem como potenciais vulnerabilidades e deficiências nos sistemas da empresa, deve ser assegurado, pela equipe de informática, o monitoramento regular das atividades realizadas, em conformidade com a legislação local.

Ademais, sempre que necessário, as empresas devem promover, por meio de treinamentos específicos, a conscientização dos funcionários sobre a importância do uso correto e adequado das ferramentas em sua posse.

Além disso, deve ser mantido um canal de denúncias que atenda a todos os funcionários, inclusive os de campo e

authorization;

vi) Installing software or databases without proper authorization;

vii) The use of unauthorized software or hardware that may compromise the security of systems (such as software to identify access data, decrypt encrypted files, etc.).

In order to identify unusual behaviours, as well as potential vulnerabilities and weaknesses in the company systems, regular monitoring of the activities carried out should be ensured by the computer team in accordance with the local legislation.

In addition, where necessary, companies should promote through specific training, employee awareness of the importance of the correct and appropriate use of the tools in their possession.

In addition, a reporting channel that serves all employees, including those in the field and those who provide services

aqueles que prestam serviço através de empresas terceirizadas. Todos os funcionários, terceirizados ou não, deverão ser conscientizados acerca da importância de utilização do canal de denúncias por todos os envolvidos nas atividades do Grupo Terna.

Por fim, deve ser promovido o treinamento regular dos recursos humanos para conscientizar os funcionários do Grupo Terna acerca das práticas de conformidade.

5.14. Crimes de violação de direitos autorais:

O crime de violação de direitos autorais está previsto no artigo 184, do Código Penal, e pode se referir, por exemplo, ao uso, na ausência de permissão do detentor dos direitos autorais, de obras protegidas por direito autoral, tais como softwares, bancos de dados, vídeos, imagens e músicas.

É, ainda, crime de violação de direitos autorais a conduta de quem, "com o intuito de lucro direto ou indireto, distribui, vende, expõe à venda, aluga, introduz no País, adquire, oculta, tem em depósito,

through contractors, must be maintained. All employees, outsourced or not, should be made aware that it is important for everyone involved in the activities of the Terna Group to use the reporting channel.

Finally, regular training of human resources should be promoted to raise awareness of compliance practices among Terna Group employees.

5.14. Crimes of copyright infringement:

The crime of copyright infringement is provided for in Article 184 of the Criminal Code, and may refer, for example, to the use, in the absence of permission from the copyright holder, of works protected by copyright, such as software, databases, videos, images and music.

A crime of copyright infringement is also the conduct of anyone who, "for the purpose of direct or indirect profit, distributes, sells, offers for sale, rents, brings into the country, acquires,

original ou cópia de obra intelectual ou fonograma reproduzido com violação do direito de autor, do direito de artista intérprete ou executante ou do direito do produtor de fonograma, ou, ainda, aluga original ou cópia de obra intelectual ou fonograma, sem a expressa autorização dos titulares dos direitos ou de quem os represente.¹⁴¹”

Importante ressaltar que a Lei n.º 9.610/98 disciplina os direitos autorais, dispondo sobre os direitos patrimoniais e morais.

No âmbito do Grupo Terna, as condutas mais facilmente contempladas nesse tipo penal se referem ao uso ilegal de softwares e bancos de dados.

Tais crimes podem derivar de uma série de motivos, dentre os quais, a redução de custos com o não pagamento de licenças de software.

5.14.1. Áreas de risco:

A respeito desse tipo de crime, as seguintes atividades podem ser consideradas de risco:

¹⁴¹ Artigo 184, parágrafo 2º, do Código Penal.

conceals, has in storage, an original or a copy of intellectual composition or phonogram reproduced in violation of copyright, artist or performer rights, or the right of the phonogram producer, or who rents an original or a copy of intellectual composition or phonogram without the express authorization of the holders of the rights or those who represent them¹⁴²”

It is important to note that Law No. 9,610/98 regulates copyright, and provides for property and moral rights.

In the context of the Terna Group, the most easily envisaged conduct of this type of crime is the illegal use of software and databases.

There may be a number of motives for these crimes, including reducing costs by the non-payment of software licences.

5.14.1. Areas of risk:

With regard to this type of crime, the following activities can be considered as being of risk:

¹⁴² Article 184, paragraph 2, of the Criminal Code.

- i) O uso de softwares e banco de dados;
- ii) Qualquer atividade da empresa realizada mediante o uso da internet ou de qualquer ferramenta fornecida ou disponibilizada pela Sociedade Estrangeira.

5.14.2. Princípios de comportamento:

O Grupo Terna deve adotar medidas técnicas, físicas e organizacionais adequadas para impedir:

- i) O uso inapropriado e/ou ilegal de softwares e banco de dados;
- ii) O uso ou a difusão ilegal, através de redes de computadores ou conexões de qualquer natureza, de uma obra original protegida, de forma total ou parcial;
- iii) O uso, a distribuição, a extração, a venda ou o aluguel de conteúdo de um banco de dados que violem o direito exclusivo de uso e de autorização do detentor dos direitos autorais;
- iv) O download ilegal de qualquer software sem a assistência adequada de documentação contratual;
- v) O download de softwares peer-to-

- i) The use of software and databases;

- ii) Any company activity carried out using the Internet or any tool provided or made available by the Foreign Company.

5.14.2. Rules of behaviour:

The Terna Group must adopt appropriate technical, physical and organizational measures to prevent:

- i) The inappropriate use of software and databases;
- ii) The illegal use or dissemination, through computer networks or connections of any kind, of an original copyrighted work, in whole or in part;
- iii) The use, distribution, extraction, sale or rental of content from a database that violates the exclusive right of use and authorization of the copyright holder;
- iv) Illegal downloading of any software without the proper backing of contractual documentation;
- v) Downloading peer-to-peer

peer ou de qualquer outro software que não esteja diretamente relacionado à atividade da companhia.

Caso a empresa tenha firmado um contrato com fornecedores externos para a realização de tarefas que possam envolver o risco de violação de direitos autorais, tal contrato deve conter disposições nas quais o fornecedor se compromete a cumprir a lei e os regulamentos aplicáveis.

Além disso, deve ser mantido um canal de denúncias que atenda a todos os funcionários, inclusive os de campo e aqueles que prestam serviço através de empresas terceirizadas. Todos os funcionários, terceirizados ou não, deverão ser conscientizados acerca da importância de utilização do canal de denúncias por todos os envolvidos nas atividades do Grupo Terna.

Por fim, deve ser promovido o treinamento regular dos recursos humanos para conscientizar os funcionários do Grupo Terna acerca das práticas de conformidade.

software or any other software that is not directly related to the company's activity.

If the company has signed a contract with external suppliers to perform tasks that may involve the risk of copyright infringement, such contract must contain provisions whereby the supplier undertakes to comply with the applicable law and regulations.

In addition, a reporting channel that serves all employees, including those in the field and those who provide services through contractors, must be maintained. All employees, outsourced or not, should be made aware that it is important for everyone involved in the activities of the Terna Group to use the reporting channel.

Finally, regular training of human resources should be promoted to raise awareness of compliance practices among Terna Group employees.

5.15. Crimes contra o patrimônio:

Os crimes contra o patrimônio estão previstos no Código Penal, nos artigos 155 a 180-A e dizem respeito às condutas que ofendem ou causam perigo de lesão a bens, interesses ou direitos economicamente relevantes, sejam privados ou públicos.

São crimes contra o patrimônio, por exemplo, o furto¹⁴³, o roubo¹⁴⁴ (que se configura pela subtração de coisa alheia móvel mediante emprego de grave ameaça ou violência à pessoa, diferenciando-se, assim, do furto), a extorsão¹⁴⁵, o dano¹⁴⁶, a apropriação indébita¹⁴⁷, a apropriação indébita previdenciária¹⁴⁸, o estelionato¹⁴⁹ e a receptação¹⁵⁰, dentre outros.

Desta forma, comete, por exemplo, o crime de apropriação indébita, o funcionário de uma empresa que, tendo a posse ou detenção de um bem da

5.15. Crimes against property:

Crimes against property are provided for in the Criminal Code, Articles 155 to 180-A, and relate to conduct that is offensive or causes injury to economically relevant assets, interests or rights, whether private or public.

Crimes against property are, for example, theft¹⁵¹, robbery¹⁵² (which constitutes removing movable property belonging to someone else by means of a serious threat or violence to the person, in order to differentiate it from theft), extortion¹⁵³, damage¹⁵⁴, embezzlement¹⁵⁵, misappropriation of social security benefits¹⁵⁶, fraud¹⁵⁷ receiving stolen goods¹⁵⁸, etc.

In this way, for example, the employee of a company who holds or keeps an asset of the company and appropriates it, commits the crime of misappropriation.

¹⁴³ Artigo 155, do Código Penal.

¹⁴⁴ Artigo 157, do Código Penal.

¹⁴⁵ Artigo 158, do Código Penal.

¹⁴⁶ Artigo 163, do Código Penal.

¹⁴⁷ Artigo 168, do Código Penal.

¹⁴⁸ Artigo 168-A, do Código Penal.

¹⁴⁹ Artigo 171, do Código Penal.

¹⁵⁰ Artigo 180, do Código Penal.

¹⁵¹ Article 155 of the Criminal Code.

¹⁵² Article 157 of the Criminal Code.

¹⁵³ Article 158 of the Criminal Code.

¹⁵⁴ Article 163 of the Criminal Code.

¹⁵⁵ Article 168 of the Criminal Code.

¹⁵⁶ Article 168-A of the Criminal Code.

¹⁵⁷ Article 171 of the Criminal Code.

¹⁵⁸ Article 180 of the Criminal Code.

companhia, se apropria dele.

De outra forma, pratica o crime de apropriação indébita previdenciária aquele que deixa de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes (por exemplo, de empregados), no prazo e na forma legal.

Comete, ainda, o crime de estelionato aquele que obtém, para si ou para outra pessoa, vantagem ilícita em prejuízo alheio ou induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante o emprego de qualquer meio fraudulento.

Assim, por exemplo, pratica o crime de estelionato o funcionário que cobra e recebe dinheiro de outra pessoa pela prestação de um serviço que já sabe que não irá executar, mantendo a pessoa em erro com o intuito de obter vantagem (recebimento do dinheiro pela prestação de um serviço que sabe que não executará).

Já o delito de receptação, mencionado no tópico dos crimes de lavagem de dinheiro, se configura quando alguém adquire, recebe, transporta, conduz ou

Likewise, someone who fails to pass on to social security the contributions collected from taxpayers (e.g. employees), on time and in the legal form, commits the crime of social security misappropriation.

Someone who obtains, for themselves or another person, an unlawful advantage that causes harm to others or by deceiving or continuing to deceive someone using any fraudulent means, also commits the crime of fraud.

Thus, for example, an employee who collects and receives money from another person to provide a service he already knows he will not perform, and deceives the person in order to obtain advantage (receipt of money for the provision of a service he knows he will not perform).

On the other hand, the offence of receiving stolen goods, mentioned in the topic of money laundering crimes, occurs when someone acquires, receives,

oculta, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influi para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte.

5.15.1. Áreas de risco:

A respeito desses tipos de crime, as seguintes atividades podem ser consideradas de risco:

- i) Gestão de recursos financeiros e dos fluxos de caixa;
- ii) Recolhimentos de contribuições previdenciárias;
- iii) Contatos com terceiros e fornecedores;
- iv) Relações entre funcionários.

5.15.2. Princípios de comportamento:

O Grupo Terna condena e não permite, de forma alguma, qualquer comportamento direcionado, mesmo que indiretamente, a causar lesão ou perigo de lesão ao patrimônio de outrem.

Assim, cada companhia do Grupo Terna e seus parceiros terceirizados se comprometem a implementar todas as

transports, brings or conceals, for their own benefit or that of others, something they know to be the proceeds of crime, or influences the third party, in good faith, to acquire, receive or hide it.

5.15.1. Areas of risk:

With regard to this type of crime, the following activities may be considered as being of risk:

- i) Management of financial resources and cash flows;
- ii) Collection of social security contributions;
- iii) Contacts with third parties and suppliers;
- iv) Employee relationships.

5.15.2. Rules of behaviour:

The Terna Group condemns and does not permit, in any way, behaviour directed, even indirectly, towards causing injury or risk of injury to the property of others.

Thus, each company of the Terna Group and its third-party partners undertake to implement all the preventive and

atividades de controle preventivo e sucessivo, solicitadas e necessárias para alcançar tal objetivo.

Os dirigentes do Grupo Terna, bem como seus funcionários e terceiros contratados deverão observar, além de outras normativas pertinentes, os princípios abaixo estabelecidos:

- i) É imperioso que se efetue o repasse das contribuições recolhidas dos contribuintes à previdência social;
- ii) É proibido causar qualquer dano de ordem patrimonial a outra pessoa, física ou jurídica;
- iii) A contabilidade deve ser administrada de forma verídica e correta, com o registro de todas as operações realizadas, com a emissão dos documentos legais correspondentes e, em especial, os funcionários que atuam no setor da gestão da contabilidade devem desenvolver suas responsabilidades com rigor e obediências às normas legais;
- iv) É proibida a adoção de qualquer conduta que impeça ou atrapalhe o controle e a auditoria pelos auditores externos, ocultando documentação ou fazendo uso de outros meios fraudulentos

continuous control activities that are required and necessary to achieve this goal.

The directors of the Terna Group, as well as their employees and contractors must observe, in addition to other relevant regulations, the principles set out below:

- i) It is imperative that contributions collected from taxpayers are transferred to social security;
- ii) It is forbidden to cause any damage to the property of another person or legal entity;
- iii) The accounting must be managed in a truthful and correct manner, with records of all operations carried out and issuing the corresponding legal documents and, in particular, employees working in the accounts management sector must carry out their responsibilities rigorously and comply with legal standards;
- iv) It is forbidden to adopt any conduct that prevents or hinders the control and auditing by external auditors, conceal documentation or use other fraudulent means;

v) Deve ser mantido um canal de denúncias que atenda a todos os funcionários, inclusive os de campo e aqueles que prestam serviço através de empresas terceirizadas;

vi) Todos os funcionários, terceirizados ou não, deverão ser conscientizados acerca da importância de utilização do canal de denúncias;

vii) Deve ser promovido o treinamento regular dos recursos humanos para conscientizar os funcionários do Grupo Terna acerca das práticas de conformidade.

v) A reporting channel should be maintained, which serves all employees, including those in the field and those who provide services through contractors;

vi) All employees, contracted or not, should be made aware of the importance of using the reporting channel;

vii) Regular training of human resources should be promoted to raise awareness of compliance practices among Terna Group employees.

6. Glossário

ANA:	Agência Nacional de Águas
Anatel:	Agência Nacional de Telecomunicações
Aneel:	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANM:	Agência Nacional de Mineração
Anvisa:	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BACEN:	Banco Central do Brasil
BNDES:	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
EPE:	Empresa de Pesquisa Energética
FUNAI:	Fundação Nacional do Índio
IBAMA:	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGC:	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
CADE:	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CVM:	Comissão de Valores Mobiliários
Funcionário	Para todos os efeitos

6. Glossary

ANA:	National Water Agency
Anatel:	National Telecommunications Agency
Aneel:	Brazilian Electricity Regulatory Agency
ANM:	National Mining Agency
Anvisa:	National Health Surveillance Agency
BACEN:	Central Bank of Brazil
BNDES:	Brazilian Social and Economic Development Bank
EPE:	Energy Research Company
FUNAI:	National Indian Foundation
IBAMA:	Brazilian Institute of Environment and Renewable Natural Resources
IBGC:	Brazilian Institute of Corporate Governance
CADE:	Administrative Council for Economic Defence
CVM:	Securities Commission
Civil	For all purposes of these

Público: dessas Diretrizes, entende-se por funcionário público qualquer pessoa que, mesmo que de forma transitória ou sem remuneração exerça uma função pública, trabalhe ou exerça um cargo em um órgão público federal, estadual ou municipal, brasileiro ou estrangeiro; trabalhe ou exerça um cargo em uma empresa ou instituição controlada ou administrada pelo Governo; represente ou exerça um cargo em um partido político; ou seja candidato a cargo político.

São exemplos de funcionário público: Fiscais e agentes do Governo; Guardas municipais, policiais civis, policiais federais, policiais rodoviários federais ou policiais militares; Bombeiros e militares das Forças Armadas;

Servant: Guidelines, a public employee is understood as any person who, even if in a transitory or unpaid capacity, works or holds public office, works or occupies a position in a federal, state or municipal public agency, Brazilian or foreign; works or occupies a position in a company or institution controlled or managed by the Government; represents or occupies a position in a political party; or is a candidate for political office. Examples of civil servants are: Government inspectors and officials; Municipal guards, civil police, federal police, highway patrol officers or military police; Firefighters and Armed Forces personnel; Ministers, appeals court judges, judges, prosecutors, public prosecutors and defenders; Presidents, governors and mayors; Senators, federal and state deputies and local councillors; Employees,

Ministros, desembargadores, juizes, procuradores, promotores e defensores; Presidentes, governadores e prefeitos; Senadores, deputados federais e estaduais e vereadores; Empregados, membros ou representantes em geral de empresas estatais e sociedades de economia mista, tais como Petrobras, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Correios, Furnas, Eletrobrás etc.; Funcionários, membros e representantes em geral de autarquias e fundações, tais como CADE, CVM, BACEN, BNDES, IBAMA, FUNAI etc.; Funcionários, membros e representantes em geral de agências reguladoras, tais como Anatel, ANM, Anvisa, ANA etc.

RFB: Receita Federal do Brasil.

members or representatives in general of state-owned enterprises and mixed economy companies, such as: Petrobras, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Correios, Furnas, Eletrobrás etc.; Employees, members and representatives in general of state-owned companies and foundations, such as: CADE, CVM, BACEN, BNDES, IBAMA, FUNAI etc.; employees, members and representatives in general of regulatory agencies, such as Anatel, ANM, Anvisa, ANA etc.

RFB: Brazilian Federal Revenue
Ethics Office.

Committee: The Ethics Committee is defined in the LG 054 Guidelines of the Terna Group. It is an independent body, able to receive denunciations and conduct the appropriate referrals, and should not be confused with the Executive Board, Board of Directors, the *Compliance*

Comitê de Ética: O Comitê de Ética é previsto nas Diretrizes LG 054 do Grupo Terna. Trata-se de órgão independente, capaz de receber as denúncias e realizar os devidos encaminhamentos, sem que se confunda, por exemplo com a Diretoria, Conselho de Administração, *Compliance Officer* ou com o *Local Assistant*.

Officer or the *Local Assistant*, for example.